



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA			
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA			
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
EVENTO: Audiência Pública Conjunta	REUNIÃO Nº: 0814/17	DATA: 28/06/2017	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 12h41min	TÉRMINO: 15h24min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RAUL JUNGSMANN - Ministro de Estado da Defesa.

SUMÁRIO

Debate sobre prioridades e diretrizes da política de defesa nacional, o anúncio da realização de manobras militares conjuntas entre o Exército Brasileiro e o Exército Americano, o reforço das fronteiras do Brasil como prevenção contra o tráfico de armas e drogas, o decreto para autorização do emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal e o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bruna Furlan) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro declaro aberta esta importante audiência pública, com a presença do querido Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, dou as boas-vindas ao Exmo. Sr. Ministro Raul Jungmann, que gentilmente aceitou o convite para participar deste importante debate.

Cumprimento também todos os Deputados e todas as Deputadas, os assessores de imprensa, os profissionais e o público aqui presentes.

Esta reunião ordinária de audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 177, de 2017, de minha autoria, apresentado nesta Comissão com o objetivo de conhecer as prioridades e diretrizes da Política de Defesa Nacional; do Requerimento nº 141, de 2017, de autoria dos Deputados João Daniel e Patrus Ananias, da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para pedir informações acerca do anúncio da realização de manobras militares conjuntas entre o Exército Brasileiro e o Exército Americano; do Requerimento nº 213, de 2017, de autoria dos Deputados Capitão Augusto, Laerte Bessa e Paulo Teixeira, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com o objetivo de discutir o reforço das fronteiras do Brasil, a fim de evitar o tráfico de armas e de drogas; do Requerimento nº 229, de 2017, de autoria dos Deputados Bohn Gass, Erika Kokay, Leonardo Monteiro, Marcon, Nelson Pellegrino, Robinson Almeida, Ságua Moraes e Vicentinho, apresentado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que pede esclarecimentos sobre a edição do decreto, em 24 de maio de 2017, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem no Distrito Federal; do Requerimento nº 437, de 2017, de autoria dos Deputados Adail Carneiro, Odorico Monteiro, Conceição Sampaio e Zenaide Maia, apresentado na Comissão de Seguridade Social e Família, para debater acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.



Exmo. Sr. Ministro Raul Jungmann, é uma grande honra para todos nós, membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, recebê-lo nesta audiência pública. V.Exa. é motivo de orgulho para esta Casa, pois, sendo um de nós, reúne as melhores virtudes de um verdadeiro estadista, que circula com desenvoltura na área parlamentar, ao mesmo tempo em que exerce com maestria as suas funções executivas.

Acompanhamos com satisfação sua brilhante carreira pública, como Secretário de Estado de Planejamento do Governo de Pernambuco, como Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e, ainda, como Presidente do IBAMA, Presidente do INCRA, Ministro Extraordinário de Política Fundiária e Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Por três Legislaturas, tivemos o prazer de conviver com V.Exa. nesta Casa, que tanto se beneficiou da sua inteligência, vitalidade e capacidade de facilitar o diálogo e construir consensos. Agora, no melhor espírito republicano de uma democracia parlamentar, vemos V.Exa. exercer novamente função de destaque no Poder Executivo.

Há pouco mais de 1 ano, V.Exa. assumiu o comando do Ministério da Defesa e, desde então, temos assistido a um notável fortalecimento da Pasta. V.Exa. tem se mostrado, antes de tudo, um excelente gestor da administração central do Ministério da Defesa. As decisões são tomadas com presteza e de modo sereno; o fluxo de informação segue de forma desimpedida e tempestiva; a coordenação entre as três Forças se dá em total harmonia; e o diálogo, tanto com os demais órgãos do Poder Executivo como com o Poder Legislativo, serve de exemplo para todos os órgãos e instituições da República.

V.Exa. tem trabalhado com igual afinco, em prol da viabilização orçamentária das três Forças e tem buscado valorizar as carreiras militares e defender suas prerrogativas. Acima de tudo, como Ministro civil, V.Exa. tem sabido manter um relacionamento de grande respeito e cordialidade com os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, tão bem aqui representados.

No último dia 17 de maio, tivemos o prazer de receber na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional — CREDN, em audiência pública, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, que



nos expôs os desafios e projetos estratégicos de sua Força. Na ocasião, discorreu com especial atenção sobre as necessidades de monitoramento de nosso espaço aéreo, bem como sobre os projetos da aeronave de transporte e reabastecimento, o KC-390, do caça Gripen e do Programa Espacial brasileiro.

No dia 25 de maio, coube-nos a honra de receber o Comandante da Marinha, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que discorreu sobre o potencial e as responsabilidades ligadas à defesa e à exploração da nossa Amazônia Azul. O comandante da Marinha comentou também as necessidades de reaparelhamento de sua Força, sobretudo com respeito aos projetos estratégicos do submarino nuclear, das Corvetas da Classe “Tamandaré” e do Programa Antártico Brasileiro — PROANTAR.

No dia 5 de julho, será a vez de recebermos o Comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, que esteve, na semana passada, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Aguardamos com grande expectativa pela apresentação que o General nos fará, na qual certamente irá comentar os temas da proteção de nossas fronteiras terrestres, do monitoramento da Amazônia e das iniciativas estratégicas de sua Força.

Não poderia deixar também de mencionar que, no último dia 7 de junho, por iniciativa do Deputado Pedro Fernandes, do PTB do Maranhão, realizamos audiência pública sobre a importância e a potencialidade do Centro de Lançamento de Alcântara. Debates sobre o Programa Espacial brasileiro, o veículo lançador de satélites, o desenvolvimento do satélite geoestacionário e a importância de seguirmos adiante com a plena implantação do Centro de Alcântara.

Destaco igualmente o evento de relançamento da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, ocorrido no dia 21 deste mês, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Nesse evento, do qual tive o prazer de participar, foram divulgadas informações acerca da conclusão da primeira etapa da nova base brasileira no continente antártico.

Sr. Ministro, gostaria de lhe agradecer também, em nome dos meus colegas, pela recente visita de dois Senadores e de sete Deputados Federais ao Comando Militar da Amazônia, em Manaus, à 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, e ao 5º Pelotão Especial de Fronteira, em Maturacá. Na



ocasião, os Parlamentares puderam conhecer as peculiaridades da comunidade de fronteira. Na região da Cabeça do Cachorro, assistiram, ainda, a uma formatura e conheceram as instalações do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

Ministro, gostaria de ressaltar dois eventos recentes de grande importância para nós — para mim, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e para os demais membros também. No dia 6 de junho, recebi a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes, Diretora da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, e a primeira mulher brasileira a chegar ao posto de oficial-general.

Nessa oportunidade, discutimos a futura lei de corpos e quadros de oficiais da Marinha, que está em análise no Ministério da Defesa, cuja ideia é ampliar o papel das mulheres nas Forças, inclusive no que diz respeito ao comando de navios e à participação no corpo de fuzileiros.

Ao saudar a Almirante Dalva, saúdo todas as oficiais, suboficiais e praças que integram as Forças Armadas do Brasil e que tanto contribuem para a defesa de nosso território e para a valorização da mulher em nosso País.

Por fim, destaco a atuação de excelência das Forças Armadas do Brasil nas operações de manutenção de paz da ONU. Na semana passada, a convite do Ministro da Saúde, tive a oportunidade de viajar para o Haiti, onde testemunhei a relevância da presença militar brasileira, a importância de nossa ajuda humanitária e a extensão de nossa cooperação técnica bilateral.

Na ocasião, visitei o 26º Contingente do Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz — BRABAT 26, último contingente militar de tropas de nosso País a integrar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti — MINUSTAH. O BRABAT 26 marca o período final da bem-sucedida atuação do Brasil no âmbito da MINUSTAH. A missão que nos foi dada soubemos cumpri-la com maestria. Mais de 36 mil militares brasileiros passaram pela MINUSTAH, desde o seu estabelecimento em 2004. Tais números fizeram do Brasil o maior contribuinte de tropas deste importante esforço internacional. Durante todo o período, as Forças militares das Nações Unidas no Haiti estiveram sob o comando dos oficiais brasileiros.

Nesses 13 anos de engajamento no Haiti, o Brasil se tornou uma referência internacional em matéria de missões de manutenção de paz. Somos considerados a



melhor tropa internacional, a mais disciplinada, competente e humana. Em um país devastado por terremotos, furacões e conflitos, soubemos imprimir a marca da paz, da segurança e da cordialidade. Nenhum conflito ou grave incidente houve entre nossas tropas e a população local; sempre prevaleceu a harmonia e o respeito mútuo. Em consequência, temos hoje nove pedidos de missão de paz.

Impressionou-me vivamente, Sr. Ministro, a excelência da presença militar do Brasil no Haiti e o empenho dos profissionais voluntários brasileiros na área da saúde e de assistência humanitária.

Ao ressaltar a importância de que o nosso País continue a se engajar em iniciativa desta natureza, gostaria de render homenagem à Dra. Zilda Arns, falecida durante o terremoto de 2010 no Haiti, bem como aos 21 militares brasileiros mortos ao longo desses 14 anos no estreito envolvimento do Brasil com o drama daquele país.

Sr. Ministro, antes de lhe passar a palavra, gostaria de lhe assegurar que esta Comissão está à disposição do Ministério da Defesa para colaborar na promoção dos interesses superiores do País. Temos na Câmara dos Deputados, em especial na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, um grande apreço e interesse por tudo o que diz respeito à valorização e à modernização de nossas Forças Armadas. Conte sempre com o nosso apoio e com o nosso empenho nos debates sobre os projetos de lei acerca da estrutura e da viabilização orçamentária no Ministério da Defesa.

Incumbe-me esclarecer que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição, e, por isso, é necessário que todos que forem fazer uso da palavra o façam sempre ao microfone. Ressalto ainda que esta reunião está sendo transmitida em tempo real pela Internet, alcançando um público bastante expressivo em todo o território nacional, e também está sendo gravada para transmissão nas grades de programação da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*. Após a exposição do Exmo. Sr. Ministro, abriremos espaço para debate com os Parlamentares inscritos.

Eu gostaria também de agradecer a presença do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, Sr. Joaquim Silva — muito obrigada pela presença do senhor entre nós —, e também de todos os que acompanham a comitiva do Ministro, como o Brigadeiro Fiorentini. Saúdo a todos os presentes.



Eu gostaria de agradecer aos Vice-Presidentes desta Comissão, Deputado Nelson Pellegrino, Deputado Pedro Vilela — que no ano passado a presidiu — e Deputado Luiz Lauro Filho; ao Deputado Jean Wyllys, à Deputada Maria Helena, à Deputada Janete Capiberibe, ao Delegado Éder Mauro, ao Deputado Miguel Haddad, ao Deputado Patrus Ananias, ao Deputado André de Paula e ao Deputado Edmilson Rodrigues, além de lhes transmitir um grande abraço da Deputada Jô Moraes, que tem se empenhado muito em relação às Forças Armadas do Brasil. Ela não está conosco hoje devido a motivos de saúde, mas pediu que nós lhes transmitíssemos esse recado de apreço.

Quero agradecer também aos Presidentes das demais Comissões que estão hoje em conjunto com a nossa. Muito obrigada, Deputado Valadares Filho, Deputado Orlando Silva e Presidentes das demais Comissões que fazem parte desta audiência pública tão importante para a Câmara dos Deputados, e que me conferiram a oportunidade de abri-la.

Passo a palavra, então, ao Ministro Raul Jungmann, para a sua exposição. S.Exa. dispõe de 40 minutos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 20 minutos, conforme dispõe o art. 222, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Após a exposição do Ministro Raul Jungmann, eu passarei a Presidência dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Orlando Silva, que dará seguimento à presente sessão.

Muito obrigada a todos.

Concedo a palavra ao nosso querido e Exmo. Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGMMANN - Muito obrigado, Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Bruna Furlan. Eu não poderia deixar de mencionar as palavras elogiosas e generosas com as quais a senhora se referiu à minha pessoa, motivo pelo qual, mais uma vez, agradeço sua atenção, a gentileza e o carinho com que nos recebe nesta Comissão.

Gostaria de saudar também o Deputado Orlando Silva, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que tenho o prazer de aqui reencontrar, já que tantas e tantas vezes estivemos juntos no Plenário desta Casa.



Saúdo também o Deputado Valadares Filho, Presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela honra de tê-lo aqui, dividindo a mesa conosco.

Eu não vou me referir a todos os colegas, a todos os amigos que eu tenho o prazer de aqui encontrar, por uma questão de economia processual, mas queria saudar a todos e a cada um em particular, e dizer da minha alegria de reencontrá-los aqui.

Espero veementemente poder recebê-los em breve lá no Ministério, já que há gente aqui que me deve um café há pelo menos 1 ano — mas não é hora de cobranças; vamos prosseguir.

Também quero agradecer a presença da nossa equipe que está aqui: o já citado Secretário-Geral Sr. Silva e Luna; o meu Chefe de Gabinete, Sr. Alessandro; o Secretário de Produtos de Defesa; o nosso comandante da Assessoria Parlamentar — ASPAR, General Marco, e todos os oficiais gerais.

Cumprimento a imprensa que se encontra presente e os assessores. São todos muito bem-vindos.

Hoje pela manhã, eu fui entrevistado pela *Rádio Câmara*, que me perguntou: “Qual é a expectativa que o senhor tem para a audiência pública de logo mais?” Eu disse que, primeiro, meu sentimento era de alegria de voltar a esta Casa. Esta é a minha Casa. Esta é a Casa onde eu vivi momentos inesquecíveis. Vivi momentos de grande alegria, de frustração, de conflito também — isso é inequívoco da nossa atividade parlamentar —, mas, sobretudo, um grande, um inesquecível aprendizado democrático. Ouvir o contrário, ouvir o diferente, trabalhar com opiniões sobre projetos é extraordinário, e sobretudo aprender com os saberes que todos os demais têm para contribuir, independentemente da sua origem, independentemente da sua posição.

Eu queria, por fim, fazer uma profissão de fé aqui. Nestes tempos, fala-se muito mal da política. Nestes tempos, compara-se a política com tudo aquilo que não presta. Nestes tempos, buscam-se, inclusive, outras formas de resolver os nossos problemas, que não por dentro deste Congresso Nacional e da política.

A minha profissão de fé é que, na história deste País, todas as crises, todas as transições foram bem resolvidas, foram virtuosamente resolvidas por dentro deste



Parlamento, por dentro deste Congresso Nacional. Então faço aqui a minha profissão de fé na política, como instituinte de valores, de princípios e de compromisso com o País, com a democracia e com a justiça.

Portanto, eu queria fazer essa abertura, dizendo que a política me parece absolutamente central na vida deste País, inclusive para a superação das atuais dificuldades que nós estamos vivendo.

Eu vou pedir à Deputada Bruna Furlan que, quando chegar aos 30 minutos, ela me avise. Muitas vezes eu estive aí e ficava frustrado porque as palestras iniciais se estendiam muito além do tempo. Evidentemente, quem está aqui, quem chegou aqui quer perguntar, quer participar, quer dialogar, o que eu acho, inclusive, que é o mais rico que temos aqui: a contribuição de uns com os outros.

Nesse sentido então, quando eu chegar a 30 ou 35 minutos, avise-me, porque vou procurar não exceder esse período para exatamente poder ouvi-los, porque, de fato, é uma riqueza extraordinária contar com os senhores aqui, contribuindo, analisando e criticando o trabalho que nós estamos desenvolvendo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muito bem, em primeiro lugar, eu tenho os pedidos para esta audiência pública. Eles estão aqui relacionados. Os temas já foram ditos pela Deputada Bruna Furlan, não acho necessário repeti-los. Apenas lembro que são esses os convites que nós recebemos e, obviamente, estamos aqui para comentar e responder sobre eles.

Entretanto, tenho que iniciar minha fala com uma espécie de *tour d'horizon*, ou seja, temos que dar uma olhada em como se encontra hoje a Defesa do País, com as suas vantagens, com as suas capacidades e também com as suas dificuldades.

Início falando da missão do Ministério da Defesa, que é exatamente a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional. Essas são, portanto, as grandes atribuições e a missão do Ministério da Defesa, que nós coordenamos hoje.



Em seguida, rapidamente, nós temos o organograma do Ministério da Defesa. Lá está o Ministro, que coordena, que tem a direção superior do Ministério e das Forças Armadas.

Os senhores vão ver que, exatamente à nossa direita, está o que eu chamo de braço civil, que é tocado, sobretudo, pelo Sr. Secretário-Geral, que aqui se encontra, o pernambucano de Barreiros, Sr. Silva e Luna, General de Exército da Reserva, que toca os aspectos mais administrativos do nosso Ministério.

Nós temos outro braço, que é o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, tocado pelo Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, que cuida exatamente de toda a parte operacional, de toda a parte conjunta, de toda a parte combinada de atuação das Forças e que estão exatamente sob o seu comando.

Em linha direta com o Ministro, nós temos exatamente os três comandos: o Comando da Marinha, o Comando do Exército e o Comando da Aeronáutica.

Então, em largos traços, esse é o organograma, essa é a estrutura do Ministério.

Agora vou fazer uma pequena retrospectiva a respeito de como chegamos ao Ministério da Defesa e onde estamos hoje. Se nós recuarmos no tempo, o embrião do Ministério da Defesa é o Estado Maior Geral, que passou a existir, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial. Por quê? Por uma razão muito simples: a guerra, de um lado, se transformara em algo tão grande, em algo que envolvia e empenhava tantos recursos, em algo que era inclusive travado pela própria Nação, que não era mais possível que as forças singulares ou isoladas conduzissem o processo da guerra. Então, depois da Segunda Guerra Mundial, em 1946, surgiu exatamente, não aqui, mas em outros países, um Estado Maior conjunto que nós incorporamos aqui.

Em seguida, nós temos a criação da Escola Superior de Guerra — ESG, que, nos moldes do War College americano, foi um marco importante em termos do pensamento militar e geopolítico e desenvolveu um forte pensamento voltado para o vetor do desenvolvimento nacional e também da doutrina militar, que em grande medida era desenvolvida naquela escola.



Chegamos, então, ao conceito estratégico nacional. Trata-se do primeiro conceito que nós temos da estratégia brasileira, construída de forma conjunta pelas Forças Armadas; isso aconteceu em 1969.

Em seguida vemos o grande marco da redemocratização, que é a Constituição de 1988, que vai exatamente reformular e, digamos assim, restabelecer um conjunto de ações e de preocupações, e vai delimitar claramente qual é o espaço funcional que nós temos para a defesa nacional e também para as Forças Armadas brasileiras.

Em 1999, temos a criação do Ministério da Defesa, que foi o coroamento desse processo. Àquela altura, já estava absolutamente evidente, tanto para os comandos militares como também para os civis engajados nesse processo, que nós tínhamos que nos espelhar inclusive em outros países, por exemplo, a Argentina, que já há muito tempo — se não me engano, desde 1954 — tinha um Ministério da Defesa, que na verdade era, por assim dizer, o prolongamento, a extensão, o aprofundamento das lições que foram tiradas da estrutura de defesa dos países.

Seja bem-vindo, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado — CSPCCO, meu também companheiro de muitas e muitas horas de trabalho, Deputado Capitão Augusto. É um prazer tê-lo aqui.

Vamos adiante. Voltando um pouquinho atrás, em 1996, nós temos a primeira Política de Defesa Nacional, que, é preciso dizer, era praticamente um rascunho. Se eu não me engano, tinha duas folhas, não muito mais do que isso, mas já era uma tentativa de estabelecer diretrizes para esse conjunto todo da defesa. Quando chegamos a 2005, já durante o período do Governo Lula, nós tivemos a primeira revisão feita nessa Política de Defesa Nacional.

Chegamos, então, a 2008, quando, para mim, nós temos a grande revolução copernicana, por assim dizer. E é preciso aqui reconhecer o papel do Ministro Nelson Jobim, que tanto realizou um conjunto de mudanças na estrutura do Ministério da Defesa como também desenvolveu uma concepção que eu considero, Deputado Pellegrino, seminal: de que Defesa e Forças Armadas fazem parte de um projeto nacional democrático de desenvolvimento.

Então, naquilo que de certa forma havia sido tratado, vamos dizer, se não com um certo vazio, pelo menos com uma necessidade de maior preenchimento,



que é o papel das Forças Armadas e da Defesa dentro de um projeto nacional de desenvolvimento, em 2008, com a Estratégia Nacional de Defesa — END, sofre realmente uma mudança fundamental.

Mais adiante, em 2012, nós vamos ter a Lei Complementar nº 136, de 2010, Deputado Patrus, de cujo projeto eu fui relator. Essa lei cria para o Congresso Nacional algumas coisas que são seminais e extremamente importantes, tanto para o Congresso quanto para a Defesa. Por quê? Porque, a partir, inclusive — me permitam dizer —, de emendas propostas por nós e que foram aceitas pelo Ministro Jobim, a estratégia e a política de defesa nacional vão passar pelo Congresso Nacional, deixando absolutamente claro que defesa não é um vetor apenas militar, mas é algo que diz respeito a todos nós, a toda a Nação. Então, nada mais justo que esta Casa, que representa a soberania popular, pudesse ser ouvida e pudesse criticar, propor e, evidentemente, trabalhar sobre a política e a estratégia nacional de defesa.

Se os senhores olharem a Constituição, vão ver que as atribuições constitucionais do Congresso são muito poucas no que diz respeito à defesa. Isto aqui representa um alargamento. Então, enquanto a política diz o que fazer em termos de defesa, a estratégia vai dizer como fazê-lo, e tudo isso está aqui na mão dos senhores, inclusive na sua terceira edição, para que o Congresso se posicione a respeito dos destinos da defesa nacional, em todos os seus aspectos.

É importante também dizer que é exatamente através da Lei Complementar nº 136, de 2010 — de cujo projeto, repito, fui Relator — que nós temos a instituição do Livro Branco de Defesa Nacional, que é uma reversão do que eram anteriormente as estratégias de defesa. As estratégias de defesa eram baseadas num segredo, eram baseadas no sigilo. Agora, não: trata-se exatamente de construir, Deputado Augusto, confiança com seus vizinhos. E para isso precisamos divulgar o que nós somos e o que nós pensamos. Dar publicidade, para que o País e as nações vizinhas conheçam quais são as nossas intenções e o que nós somos. E aí surge o Livro Branco de Defesa Nacional, que está aqui referido.

Líder Pauderney, muito obrigado, prazer em vê-lo.

Farei uma pequena observação sobre algo que é extremamente complexo: qual é, dentro da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, a



concepção com que hoje nós trabalhamos — que não é uma concepção desenvolvida por este ou aquele governo, mas algo que vem sendo discutido e vem incrementalmente avançando. A rigor, nós temos uma área que chamamos de Entorno Estratégico do Brasil, que é em parte fruto de destino e em parte fruto das nossas projeções como país.

Primeiramente, temos a nossa casa comum, o continente sul-americano. Essa é a nossa casa, aí estão os nossos vizinhos, e nós, evidentemente, temos que ter uma preocupação primacial com isso.

Em segundo lugar, nós temos o entorno estratégico que vai chegar, como os senhores podem ver, até a costa ocidental da África, onde nós temos a comunidade luso-brasileira, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP, de onde o que nos separa é o Atlântico Sul, que é inteiramente estratégico para todos nós, Deputado Pellegrino.

Hoje não poderei me estender nesse assunto, mas eu estive recentemente na Europa, com o Ministro da Defesa da Rússia, com o Ministro da Defesa da França e também com o Ministro da Defesa da Suécia. Com isso, nós começamos a perceber que há uma revisão do pensamento estratégico da Europa, cujas grandes preocupações tendem, em alguma medida, a sair ou a migrar do leste, com a Rússia, e se voltar sobretudo para o sul, para a África.

Isso significa dizer que essa área geoestratégica tende a ser a principal preocupação dos europeus, que, inclusive, desde novembro estão passando por um processo de rearmamento. Na medida em que a comunidade europeia decidiu que todos os orçamentos dos seus países têm que chegar a 2% — pessoalmente, eu me preocupo com isso, mas essa é uma outra questão —, é evidente que a área de preocupação da Europa hoje tende a abranger uma parte do Atlântico Sul, que é exatamente parte da ZOPACAS, essa grande criação e construção diplomática do Itamaraty, que é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

As outras áreas são realmente secundárias, mas também são extremamente importantes.

Aqui também nós podemos ver algo que eu considero uma parte, digamos assim, inafastável da nossa realidade. Nós, evidentemente, estamos longe dos grandes eixos e centros de poder e conflitos, que se encontram aqui na Europa, na



Ásia e na aliança transatlântica. (*Aponta para mapa.*) Isso nos deixa, Deputada Bruna, longe dos grandes conflitos globais.

Ao mesmo tempo, nós temos duas barreiras laterais: a leste, nós temos o Oceano Atlântico; a oeste nós temos a hileia amazônica, subpovoada. Daí deflui um sentimento de o Brasil ser como uma ilha que não sofre qualquer tipo de ameaça, Deputado Pellegrino. Entretanto, essas realidades estão a mudar, e com uma certa rapidez. Por isso é preciso repensar o papel da Defesa não só no desenvolvimento, mas também nos aspectos de soberania. Mas isso ficará para o debate. Não posso me estender muito mais do já me estendi.

Este eslaide dá uma ideia da participação brasileira em missões de paz da ONU. Desde 1947 ou 1948, quando foram criadas as missões de paz, o Brasil participa delas. Já enviamos mais de 80 mil militares para participar de missões de paz no mundo afora. Atualmente, nós estamos aproximadamente em 80 missões, às vezes apenas como observadores, mas também temos papel destacado no caso do Haiti, onde temos aproximadamente mil militares. Estamos deixando o Haiti no dia 31 de agosto, encerrando 13 anos de uma missão de sucesso. Temos ainda a coordenação da UNIFIL — Força Interina das Nações Unidas no Líbano, que patrulha as águas do Líbano mantendo distância. É a única força marítima da ONU, coordenada pelo Brasil há aproximadamente 6 anos, o que evidentemente nos enche de orgulho.

Nós, ao sairmos do Haiti, convidaremos esta Casa a decidir onde mais iremos atuar em missão de paz, o que é muito importante para a projeção do País.

Sobre as principais ameaças à Defesa Nacional falarei muito rapidamente.

Uma delas é a dependência tecnológica no campo militar. Aqui eu queria fazer uma pequena digressão. Os senhores sabem que hoje o diferencial, o *gap* entre os países que têm grande orçamento e os que têm grande potencial tecnológico — prestem atenção a isso — cria, Deputado Orlando, a redução do custo do conflito, da guerra. Esclarecendo: se os Estados Unidos mandam um sujeito controlar um VANT, um veículo aéreo não tripulado, e não mandam um piloto para bombardear, por exemplo, a Síria, ou que lugar for, evidentemente terão um custo menor. Pode ser maior em termos de recursos tecnológicos, mas, em termos de engajamento, de recursos humanos, de repercussão política, será menor. Então,



hoje nós temos que estar atentos ao aspecto tecnológico, porque isso faz com que se reforcem as assimetrias. O custo da intervenção militar, que sempre foi e sempre continuará sendo em grande medida muito alto, tende a se reduzir com as revoluções tecnológicas que estão acontecendo, e estão acontecendo em série.

Sobre o problema de escassez mundial de recursos naturais eu não vou me alongar: todos os senhores sabem que isso é um fato.

Outra ameaça é o terrorismo.

Quanto ao crime organizado transnacional, faço, de novo, um pequeno parêntese, porque vou voltar a falar sobre isso na questão das fronteiras. Hoje, o crime no Brasil se nacionalizou e se internacionalizou. O Constituinte de 1988, quando pensou a questão da segurança, pensou sobretudo no papel dos Estados, enquanto a União tinha, digamos assim, um papel residual, atribuído em grande parte à Polícia Federal e a algumas outras polícias. Essa realidade precisa mudar, e depende de um concurso, e precisa da ajuda deste Congresso Nacional, porque, a partir do momento, Deputado Edmilson, em que o crime se nacionaliza e se transnacionaliza, um governador já não dá conta do que tende a acontecer.

O PCC — Primeiro Comando da Capital, senhores, em 2014, tinha aproximadamente 3 mil integrantes presos identificados pelo GAECO — Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de São Paulo. Dois anos depois, esse número chegou a 13 mil, ou seja, quadruplicou. Em 2016, só no Paraguai, havia 97 mil membros do PCC. Então, essa é a nova realidade.

E outra coisa: quando o crime alcança esse patamar, ele desafia o Estado. Ele desafia o Estado, que foi o que nós vimos, infelizmente, acontecer no México, onde existem 26 mil desaparecidos no presente. Então, esses são aspectos com os quais nós temos, sim, que nos preocupar — falaremos mais adiante a respeito disso.

Uma outra ameaça à defesa nacional é a hostilidade contra cidadãos e bens brasileiros no exterior. Nós tivemos um pouco disso na Síria, e tivemos que tirar um embaixador, se não me engano, na Líbia, mas esse aspecto é sempre uma realidade com a qual nós temos que nos preocupar.

Há insuficiente capacidade operacional das Forças Armadas. Infelizmente, muitas vezes nós vivemos uma situação de sobe e desce em termos de orçamento,



o que implica descontinuidade de programas e redução da capacidade operacional nas nossas Forças Armadas.

Outra ameaça é a vulnerabilidade dos sistemas de informação. Os senhores viram ainda há pouco o que aconteceu com aqueles *hackers* que fizeram com que, pela primeira vez no mundo todo, houvesse um *breakdown* em rede mundial. Então, hoje a cibernética e a defesa cibernética passam para o primeiro plano. Estão acontecendo duas coisas em que é preciso prestar atenção, em termos de defesa: de um lado, o avanço da cibernética, que tem, Deputado Jordy, literalmente, a capacidade de paralisar países; e, de outro lado — chamo a atenção desta Casa para isto —, o desenvolvimento de plataformas de guerra no espaço, ou seja, a militarização do espaço. Essa é outra coisa sobre a qual nós temos que refletir e, evidentemente, contar com a contribuição desta Casa.

Catástrofes naturais e pandemias são outra ameaça. Basta vermos o *tsunami*, basta vermos o que aconteceu recentemente naquela barragem no Brasil, o que aconteceu em Fukushima, por exemplo, com a contaminação nuclear. Trata-se de problemas da maior gravidade em grandes cidades, com grandes populações.

Há as instabilidades políticas e sociais na América do Sul. Hoje um vizinho irmão que nos preocupa é a Venezuela, especialmente no que tange à migração. Hoje nós temos a migração de 8 a 10 mil venezuelanos ao dia. Essa pressão, infelizmente, pode vir a subir — torçamos para que não suba —, mas vamos jogar tudo o que nós pudermos para que isso não aconteça.

E trata-se, de fato, de uma instabilidade que se projeta sobre o território nacional, particularmente sobre Roraima. Lembro que Roraima tem basicamente uma via principal de acesso, que é uma área subpovoada, mas, mesmo assim, para dar uma ideia aos senhores — eu não lembro exatamente de quando é o dado, mas aqui está a nossa Maria, que não me deixa mentir —, em 3 ou 4 meses os casos de malária pularam de 46 para 1.150 casos. Em 3 meses! Então, o sistema de suporte de assistência de saúde já se encontra saturado, e há que se torcer e há que se atuar diplomaticamente para se evitar um cenário pior do que o que hoje nós vemos lá.

Outra ameaça é a militarização do Atlântico Sul, a qual, como já disse aqui, Deputado Patrus, é hoje uma possibilidade com a qual nós temos que trabalhar.



Vamos dar uma rápida olhada no nosso orçamento. Vejam bem os valores empenhados, que são o que conta, mais do que a LOA. A LOA é uma decisão do Congresso, mas o que conta é o valor empenhado. E os senhores podem ver que existe aquilo de que eu falei, uma certa irregularidade: nós temos períodos melhores, de 2 ou 3 anos, e períodos piores, também de 2 ou 3 anos.

No caso de 2017, nós ainda estamos no contingenciamento inicial, então, de certa forma, nosso orçamento é algo que ficaria à parte. Mas este é o grande problema: a falta de fundos que representem a previsibilidade do orçamento de defesa.

Neste eslaide, os senhores veem que ocorre a mesma coisa no caso do investimento. Pessoal e custeio têm pouca variação, nós sabemos que isso é praticamente despesa de cunho forçoso, mas é aqui que está o coração do que é manter a capacidade operacional das nossas Forças. Se os senhores quiserem, depois nós podemos discutir isso aqui com mais calma, mas, de novo, verificamos o problema da imprevisibilidade.

Aqui há um quadro comparativo, meramente seletivo, que mostra o que os outros países têm em termos de orçamento, de PIB e de valores. O que se verifica aqui? Verifica-se basicamente o seguinte: países que têm problema de fronteira, que têm problemas étnicos ou que têm conflitos jogam o orçamento lá para cima. Alguém pode perguntar: *“E o Chile, por que ele está aí?”* O Chile tem problema de fronteira com a Bolívia, tem problema de fronteira com o Peru — evidentemente, de baixa intensidade. Vejam o caso de Estados Unidos, Rússia, China e Japão. O orçamento do Japão, que vive hoje o crescimento das tensões com a própria China, naquela região do ainda chamado Sul do Pacífico, o Estreito de Malaca, onde passam aproximadamente 95% de todo comércio internacional, começa também a subir.

Juntamente com isso há um fato que nos preocupa, que é a questão do rearmamento — esse é um termo antigo, mas é inevitável, não dá para usar um diferente — que ocorre a partir das tensões, hoje, no caso específico da Europa.

Aqui eu trouxe o efetivo militar das Forças Armadas, apenas para dizer aos senhores que nós somos responsáveis por 34% de todos os servidores públicos da União. Os senhores têm os números totais: 374 mil ativos, 162 mil inativos, 216 mil



pensionistas, 4 mil anistiados, o que dá um total de 756 mil, porque, na verdade, o Ministério da Defesa reúne Aeronáutica, Exército, Marinha e Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Então, de fato, nós temos um peso significativo.

Chegamos aos projetos estratégicos. Esses são o *core*, esses são os projetos que permitem às nossas Forças Armadas continuarem sendo operacionais e terem a capacidade de dissuasão. O que é a capacidade de dissuasão? É a capacidade de não ser ameaçado em função da nossa capacidade de reagir a uma possível ameaça. Hoje nós temos vários desses projetos.

O submarino de propulsão nuclear é decisivo. Alguém pergunta: *“Mas para que nós queremos submarino de propulsão nuclear?”* Senhores, nós temos 260 plataformas só no pré-sal. Lembramos que na Guerra das Malvinas, em 1982, toda a esquadra da marinha argentina não pôde sair dos portos por causa de um submarino nuclear, e o único que resolveu sair, que foi o Cruzador General Belgrano, foi torpedeado e, sendo em águas de regiões subárticas, praticamente toda a tripulação morreu.

Outro projeto são os submarinos convencionais. Convido os senhores a irem a Itaguaí e se regalarem com algo que é realmente extraordinário. Nós estamos construindo quatro submarinos do tipo diesel-elétrico ao mesmo tempo. O valor de venda deles é de aproximadamente 700 milhões de euros, e o primeiro deles já estará indo ao mar em junho de 2018.

No que se refere à tecnologia nuclear da Marinha, caminhamos a passos lentos. Por quê? Porque, quando se diz que nós temos um acordo com a França sobre submarino nuclear, as pessoas geralmente pensam que está havendo transferência de tecnologia. Não está, Deputado Pellegrino. Nós temos que fazer do zero. E é importantíssimo para este País dominar o ciclo completo para produzir energia — no caso, um reator que se tem que colocar lá dentro.

Aliás, um lembrete, para o ano, gostaria de convidar esta Casa a abrir um grande debate sobre o Tratado de Não Proliferação Nuclear — TNP. Será que nós estamos mais seguros do que antes do Tratado de Não Proliferação Nuclear? Ou será que nós estamos menos seguros? O que é que foi feito do tripé do TNP, no que diz respeito à contenção, à desnuclearização e à transferência de tecnologia? Existe transferência de tecnologia dessa área? Respondo: não, não existe. Sobre as outras



áreas, nós podemos e devemos conversar, promovendo um grande debate também, mas sobretudo sobre TNP.

Temos projetos de estaleiro e de base naval, que são toda a infraestrutura.

O projeto chamado Guarani são os novos blindados que nós estamos produzindo a rodas e que também não andam na velocidade desejada.

A produção do Astros 2020 é feita pela Avibras. Trata-se de mísseis de médio alcance, de 300 quilômetros, com grande precisão, que aí se encontram. Isso tudo é tecnologia.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON envolve fronteiras; nós vamos voltar a falar disso um pouco mais à frente. Dos nossos 17 mil quilômetros, arredondando, nós temos hoje, aproximadamente, um piloto instalado de 600 quilômetros, no que diz respeito ao SISFRON.

Temos o projeto FX-2, do qual faz parte o Gripen. O primeiro protótipo voou na semana retrasada, se não me engano — eu estava em Estocolmo —, e pude verificar que esse programa, Deputado Patrus, caminha muito bem. De fato, o contrato foi bem modelado, e nós só passaremos a pagar o principal quando terminar a entrega, e com ele nós estamos tendo uma transferência real de tecnologia. Hoje nós temos entre 150 a 200 engenheiros lá, e vamos chegar a 350. Nós vamos começar produzindo lá e vamos terminar produzindo esses aviões aqui.

O KC é uma maravilha, é outro avião que eu gostaria que vissem. Dá um orgulho imenso ver a capacidade do Brasil em produzir um cargueiro tático de transporte — eu diria que é o melhor que temos. Podem trazer Airbus, Boeing, Bombardier, o que quiserem. É uma maravilha o projeto, desenvolvido apenas com 5,8 bilhões de reais, que lá fora custa três ou quatro vezes mais. Ele está pronto inclusive para que as primeiras unidades sejam entregues em 2019.

O SGDC — Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas é o primeiro satélite geoestacionário totalmente sob o controle do Brasil. Isso significa estender a banda larga, acabar com a *apartheid* da banda larga no País. É um programa de impacto social e digital, que vem, justiça se faça, de Governos anteriores. O atual o está encerrando praticamente, o que vai possibilitar a criptografia verde amarela, não vai haver vazamentos, como tivemos no passado, e



vai levar banda larga para todo o Brasil, da Cabeça do Cachorro a Fernando de Noronha, do Oiapoque ao Chuí.

O Programa HX-BR é de helicópteros, que foram comprados. Estão sendo feitos pela Helibras. Recebemos 26 e faltam 24. Até hoje despendemos em torno de 30 bilhões de reais, e faltam 94 bilhões de reais.

Quando esses projetos foram estartados, nós estávamos vivendo aquele momento em que a economia se expandia muito bem. Depois veio exatamente a regressão e todas as dificuldades. Agora nós temos que levar isso adiante.

Entre outros resultados, os investimentos em defesa incorporam tecnologia, ampliam investimentos que transbordam para a sociedade, geram produtos exportáveis de alto valor agregado, aprimoram a formação de servidores, técnicos e universitários e geram milhares de empregos.

Eu tenho projetos aqui em detalhe, um por um. Mas, como este texto vai ficar à disposição dos senhores, vou pedir licença para não detalhar e não cansá-los, porque a nossa intenção é exatamente debater e ouvir o que têm a dizer. No nosso *site*, os senhores vão encontrar esta exposição com todos os detalhes que queiram a respeito de cada projeto desses a que me referi. Eles vão estar à disposição dos senhores e das senhoras.

Com relação à base industrial de defesa, um país que não tem base industrial de defesa, como diziam os Ministros Nelson Jobim e Roberto Mangabeira, não tem a capacidade de dizer “não”. Se o País não tem base que lhe dá tecnologia, inovação, que lhe permite desenvolver autonomamente as ferramentas e os equipamentos necessários para um processo de defesa moderno, não tem chance de entrar na parada e reafirmar sua soberania, quando for preciso reafirmar. Então, essa base é um centro de preocupação para nós hoje.

Há 15 anos que se tenta obter uma linha de financiamento para exportação industrial de defesa. Nós obtivemos por meio do BNDES, ainda na gestão de Maria Silvia, já confirmado por Paulo Rabello. Pela primeira vez, a indústria de defesa nacional conta com mecanismo de crédito que nos permite competir no exterior, o que é fundamental.

Um país como a França não tem a capacidade de se manter no *front* tecnológico se não exportar, não tem capacidade de absorver internamente. E esse



é um mercado muito assimétrico. Por exemplo, para vender no exterior, tem que primeiro comprar aqui. Se não compra aqui, não vende no exterior. Imagine o que é isso. Tanto que criamos um mestrado em Economia de Defesa.

Além disso, estamos vendo um regime tributário especial para esse setor; estamos revendo a política de *offset* e toda a política de definição de empresa estratégica de defesa. Enfim, estamos fazendo uma ampla reformulação regulatória, a cargo de Flávio Basílio, aqui presente, porque nossa preocupação é essa.

Aqui há alguns dados. Nós temos 1,3% de gastos com defesa, mas a base industrial de defesa responde por 65 bilhões de dólares, por 60 mil empregos diretos e por 240 mil empregos indiretos. Isso é fundamental.

O Ministério da Defesa é o maior contratante em termos de tecnologia e inovação no Brasil, Deputado Patrus Ananias. Isso significa elevação da produtividade não apenas da Defesa, das Forças Armadas, mas de todo o País. Isso é importantíssimo, pelos empregos de alto nível e pelos impostos gerados.

Além das funções propriamente de defesa e soberania, as Forças Armadas brasileiras têm uma peculiaridade que os senhores não vão encontrar muito fora daqui, têm uma gama imensa de atribuições subsidiárias. O que são essas atribuições subsidiárias? Basicamente, as Forças Armadas cooperam com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, o que já é uma amplitude enorme. Além disso, cuidam da faixa de fronteira — delitos fronteiriços e ambientais.

Isso faz com que as nossas Forças respondam a muito mais atividades, do que outras no exterior, que geralmente estão voltadas para a defesa nacional. Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma guarda nacional que faz o papel que hoje as Forças Armadas fazem aqui em determinadas situações extraordinárias, por exemplo, como GLO — Garantia da Lei e da Ordem.

Assistência cívico-social e hospitalar. Esta é apenas uma operação feita pela Marinha no Rio Juruá, na fronteira, com atendimento médico, hospitalar, etc.

Nós apoiamos comunidades indígenas por meio de dois programas: Expedicionários da Saúde e Voluntários do Sertão. Muitas vezes não chega ninguém lá, a não ser as Forças Armadas, que têm também essa função.



Com relação à defesa civil, as Forças Armadas atuam em incêndios florestais, secas, inundações, em tudo isso que os senhores sabem. Aqui temos algumas dessas campanhas e ações que foram desenvolvidas, a Força e o período.

Este programa eu confesso que é a menina dos meus olhos, a Operação Carro Pipa, talvez a maior operação de distribuição de água em todo o mundo, levando água para 4 milhões e 50 mil de nordestinos e alimentando 79 mil cisternas e 8 mil carros-pipa. Além disso, é feita com a mais alta tecnologia, porque cada trajeto de cada carro-pipa é controlado por GPS, as águas são certificadas e quem diz que recebeu é o usuário ou a usuária — “Recebi!” Isso, é pago por meio de uma máquina como as de cartão. Este é um projeto que envolve uma ação fantástica.

O combate ao *Aedes aegypti* é a maior operação militar em tempos de paz. Nós envolvemos, no ano passado, 200 mil em um mutirão de organizações militares, mobilização da população, atuação direta no combate ao mosquito e trabalho de conscientização em unidades de ensino.

Em relação ao apoio às eleições, nós fazemos o transporte logístico para localidades muito distantes e a guarda das urnas.

Com relação ao Ministério da Educação, nós participamos do ENEM com 58 organizações militares.

Nós apoiamos os órgãos de segurança pública continuamente.

O Programa Amazônia Conectada é um projeto lindo, que eu gostaria que os senhores conhecessem. Nós estamos lançando cabos de fibra ótica nos rios e levando informação, assistência, educação e saúde a esses povos que hoje se encontram isolados. Já entregamos 900 quilômetros, de Manaus a Tefé, e devemos chegar a 7.800 quilômetros de cabos de fibra ótica. E não esqueçam este nome, Amazônia Conectada, inclusive porque temos a possibilidade de também levar energia, além de sinais telemáticos.

Sobre o Projeto Soldado Cidadão, nós somos procurados por aproximadamente 1 milhão e 800 mil jovens alistáveis por ano, com 18 anos. Ficamos, a depender do orçamento, com 80 a 90 mil. Dos que participam do processo de alistamento militar e serviço militar obrigatório, pelos menos 20 mil recebem um curso, uma técnica, alguma coisa em termos profissionalizantes.



O Programa Forças no Esporte é um programa de base voltado para a comunidade. Crianças são levadas para as unidades militares e recebem tratamento médico, odontológico e iniciação em esporte. São 22 mil alunos em 93 Municípios.

O Programa Atletas de Alto Rendimento é o mais famoso. Ele trabalha com atletas de grande desempenho. Só para dar um número, das últimas 19 medalhas olímpicas, 13 vieram desse programa.

O Programa Calha Norte todos conhecem. Ele é voltado para a integração das áreas de fronteira e envolve nove Estados. Ele cresceu muito. Para terem ideia, pulou de 260 para 415 o número dos Municípios conveniados, com obras de infraestrutura, água, calçamento, energia, e hoje envolve uma soma de aproximadamente meio bilhão de reais.

O Projeto Rondon está fazendo 50 anos. Ele leva cidadania aos nossos universitários e uma visão, um conceito de sustentabilidade ambiental.

Sobre transporte de órgãos, nós fizemos 275, entre 2016 e 2017. Isso nos coloca como um dos países mais eficientes e com o maior número de transplantes, exatamente pelo apoio dado pelas Forças Armadas.

Chegamos à Garantia da Lei e da Ordem, que se dá em situações especiais, quando há o colapso das forças de segurança locais e há a necessidade de contar, episódica e limitadamente, para restabelecer a ordem e a normalidade, com as Forças Armadas. Isso se encontra no art. 142 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 97, de 1999, e na Lei Complementar nº 117, de 2004.

Nos últimos 30 anos, nós tivemos 115 operações de Garantia da Lei e da Ordem. Se quiserem a minha opinião, há uma utilização excessiva e temos que desenvolver outros mecanismos. Aí volto à ideia da Guarda Nacional e da Força Nacional de Segurança, que deverá ser ampliada para fazer esse papel, para que não seja necessário utilizar as Forças Armadas. Não que elas se neguem, mas seu treinamento e capacitação não são efetivamente para isso, que deve ser o último recurso a ser empregado pelo Estado.

Só nos últimos 7 anos, tivemos 29 operações de Garantia da Lei e da Ordem, algumas durante a minha gestão. Nas Operações Potiguar I e II, os senhores devem lembrar, nós tivemos rebeliões dentro de presídios e penitenciárias e tivemos que



assistir uma população assustada, amedrontada, à mercê de criminosos. Nós fomos lá e restabelecemos a ordem por duas vezes.

A Operação Varredura foi determinada pelo Presidente para que fizéssemos varreduras dentro de presídios e penitenciárias. Eu confesso que, no início, achei que não seria algo fácil de fazer. E realmente não é. Mas, vejam alguns resultados: em 11 presídios, encontramos 4.203 armas brancas, 311 substâncias suspeitas, 316 aparelhos celulares, 3.639 itens de posse proibida, uma arma de fogo.

Essas armas brancas, tudo isso potencializa, amplifica a tragédia e a carnificina no nosso sistema prisional. Com muita franqueza, como é possível que tudo isso adentre nossas unidades prisionais? Como é possível ter acesso a tudo isso dentro delas?

Para terem ideia, o total de prisioneiros envolvidos nessas varreduras foi 12 mil. Se tenho 4 mil armas brancas, isso quer dizer que pelo menos um em cada três presidiários ou apenados tem uma arma. E isso é vetor de amplificação da tragédia, do morticínio que vemos.

Está na hora de uma reflexão. Nós não podemos esconder o sol com a peneira. Existe, evidentemente, certa leniência, para dizer o mínimo, entre sistemas e unidades prisionais que gera essa situação que aí está e que é profundamente amplificada por esse problema.

A Operação Capixaba, em 2017, foi a mais difícil de todas. Tivemos no Espírito Santo não apenas uma greve policial, mas um motim policial gravíssimo. O Deputado Subtenente Gonzaga foi lá, sempre querendo mediar e ajudar a resolver as questões. Essa foi uma situação delicadíssima em que estivemos.

Quando cheguei a Vitória, Deputado Jean Wyllys, eu vi uma cidade absolutamente deserta, as pessoas encarceradas, dentro de casa, com medo. Nós tivemos que, aos poucos, restabelecer a circulação dos ônibus, o trabalho das autarquias, para que aquele processo fosse derruído aos poucos, sem nenhum conflito, e nós saíssemos do outro lado. Não foi fácil, mas obtivemos êxito.

A Operação Carioca foi de curta duração, 7 dias, e envolveu 9 mil policiais.

Chegamos ao caso específico do Distrito Federal, exatamente um dos motivos pelos quais fui chamado.



Este é o decreto do Sr. Presidente da República que motivou o emprego da GLO aqui. Isso se deu, sobretudo, porque, a partir de certo momento, prédios estavam sendo incendiados e pessoas corriam risco de vida. Nós não percebemos, àquela altura, a capacidade de a Polícia Militar dar conta especificamente daquela situação.

É nesse momento em que há um contato entre o Sr. Presidente da República e o Presidente desta Casa, que solicita segurança. Essa segurança deveria ser prestada, *prima facie*, pela Força Nacional de Segurança. Entretanto, ela está espalhada pelo País: no Rio de Janeiro, cuidando das rodovias, no Rio Grande do Norte, em Mato Grosso, em vários locais. Aqui nós dispúnhamos de um pequeno contingente. Como dar conta daquela situação absolutamente dramática em que nos encontrávamos?

Houve, então, o recurso para se empregarem as Forças Armadas. E quando fizemos isso — mostro alguns quadros aos senhores da destruição que tivemos nesse período —, a diretriz operacional foi exatamente a seguinte, Deputado Jean Wyllys: as tropas só podiam cuidar dos imóveis federais de uso especial — todas as tropas engajadas, em momento algum, poderiam praticamente sair do limite do meio-fio — e, evidentemente, cuidar que as pessoas pudessem sair sem serem atacadas e sofrerem risco.

Isso está expresso na ordem operacional, que posso distribuir aos senhores. A atitude, por se tratar de imóveis da União e de uso especial, foi de proteger esses imóveis e, em momento algum, se envolver com repressão ou com o conflito. E isso não aconteceu em nenhum momento.

Era isso que eu queria dizer aos senhores, para exemplificar o que foi vivido, e por que foi empregado naquela situação. Ocorreu um problema de entendimento, do qual assumo a responsabilidade. Afinal, o Presidente desta Casa pediu a GLO ou a Força Nacional de Segurança? Isso gerou certa confusão. Eu assumo porque, quando — na conversa entre o Presidente da República e o Presidente da Casa — nos chega a informação de que o Presidente da Casa pediu segurança, ao olharmos operacionalmente como poderíamos dar segurança, não tendo a Força Nacional de Segurança, o que restou naquela situação foi a Garantia da Lei e da Ordem. Quando eu comunico isso, o meu entendimento era de que havia sido esse o pedido. Não foi.



O pedido desta Casa foi de Força Nacional de Segurança, embora não houvesse saída com a Força Nacional de Segurança. Eu assumo o mau entendimento, que não é responsabilidade do Presidente desta Casa, é responsabilidade nossa, embora, faticamente, nós precisássemos usar a GLO.

Aqui temos um saldo das manifestações, que já geraram um prejuízo de aproximadamente 2,5 milhões de reais. Os senhores já viram isso, conhecem bem.

Sobre a defesa de fronteiras, os senhores me deixem fazer uma imagem. Afinal, o que são as fronteiras? São 800 mil quilômetros quadrados, a terceira maior fronteira do mundo. E daí? Deputado Edmilson Rodrigues, se nós pegássemos um avião de São Paulo, em linha reta, cruzaríamos o Atlântico, a África, o Oceano Índico, o Mar do Japão e chegaríamos ao Japão. Essa é a dimensão das nossas fronteiras.

Fazemos fronteira com dez países, dos quais — não vou nominá-los — quatro são produtores de droga. É uma imensidão de responsabilidade. Como temos reagido a isso? Temos reagido através do Plano Integrado de Fronteiras, que possibilita uma maior presença nossa desde 2002, desde quando nós podemos ter maior presença lá. Inclusive, em qualquer área, em qualquer território, temos a possibilidade de nos deslocarmos e de realizarmos operações lá dentro.

Também temos ações como a Operação Ágata, que envolveu, só entre o ano passado e este, 11 mil militares, em 33 operações.

Os senhores acabaram de ver o exemplo da Operação Ostium. O que é? A FAB criou corredores, deslocou radares e VANTs — Veículos Aéreos não Tripulados e utilizou satélites, estabelecendo corredores na fronteira. Qualquer avião que cruze a fronteira — sobretudo com Paraguai e Bolívia, a mais crítica — tem que passar pelo corredor. Se não passa pelo corredor, é dado um sinal; se não responde, um avião sobe e vai abordá-lo; se efetivamente não aceita, é considerado hostil e, então, é convidado a aterrissar. Isso já levou à apreensão de 634 quilos de cocaína.

Sra. Presidente, agradeço muito e peço desculpas pelo corre-corre e pelo excesso de informações, mas era o desejo e a vontade de ofertar o que temos de mais informativo para os senhores. *(Palmas.)*

Vamos ao debate, que é o melhor que temos pela frente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bruna Furlan) - Ministro da Defesa, Raul Jungmann, muito obrigada pela sua contribuição para todas as Comissões que se fazem presentes neste momento.

Antes de passar a condução dos trabalhos desta importante audiência pública ao Deputado Orlando Silva, eu gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao Embaixador Hélio Ramos, que representa o Presidente Rodrigo Maia. Muito obrigada. Transmita os nossos agradecimentos a S.Exa. por toda atenção e amparo necessário para que esta reunião transcorresse da melhor maneira possível.

Um grande abraço para Luís e Roger, que estão aqui, da Secretaria de Educação da minha cidade. Muito obrigada.

Com a palavra o Presidente Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Boa tarde, Deputados e Deputadas, Sr. Ministro. Esta é uma reunião conjunta com mais quatro Comissões. Antes de abrir a discussão e a palavra aos autores dos requerimentos, eu quero conceder a palavra ao Presidente Valadares Filho.

O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO - Sr. Presidente Orlando Silva, Sr. Ministro Raul Jungmann, Sra. Presidente Bruna Furlan, nobres colegas Parlamentares, de forma muito objetiva, eu queria agradecer a presença ao Ministro.

Nós também aprovamos um requerimento, do Deputado João Daniel, convidando V.Exa. a esta Casa. Todos nós conhecemos sua história no Parlamento.

Tenho que sair para um compromisso, mas a nossa Comissão está muito bem representada aqui pelo Deputado João Daniel e pelas Vice-Presidentes Maria Helena e Janete Capiberibe.

Sucesso no seu trabalho! Sua explanação foi extremamente significativa e importante para a Câmara dos Deputados e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Valadares Filho.

Antes de passar a palavra, para uma saudação, ao Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Capitão Augusto, autor de um dos requerimentos, eu queria fazer uma consulta ao Plenário. Pelo Regimento, cada autor de requerimento tem direito a 10 minutos. Como temos



requerimentos de quatro Comissões, com 18 autores, mantendo 10 minutos para cada autor, teriam 3 horas apenas os autores de requerimento. Já há 12 Deputados inscritos, alguns inclusive vão acrescentar o tempo de Líder. Isso projetaria nossa reunião, pela experiência e pelas tendências que imagino, para as 19 horas. Seria demasiado, além do que o Ministro teria dificuldade de seguir até o final.

Então, de saída, eu queria propor o entendimento de que os autores do requerimento usem a palavra por 5 minutos em vez de 10 minutos. É possível esse entendimento entre os autores? Eu digo para permitir...

A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN - Eu abro mão dos meus 5 minutos. Concordo com que os demais autores falem por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço à Deputada Bruna Furlan. Não foi nada combinado. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN - Não se entregue, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Já que pactuamos esse entendimento, eu passo a palavra ao Deputado Capitão Augusto, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, mais 5 minutos, como autor de requerimentos.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Serei bastante breve.

Quero saudar o Ministro Raul Jungmann, pessoa por quem tenho uma admiração muito grande. Tivemos um excelente contato aqui, como Parlamentares. Seja muito bem-vindo, Ministro! Esta Casa também é de V.Exa.

Saúdo os militares presentes das Forças, os civis.

Eu gostaria de focar especificamente em um dos temas abordados, em uma preocupação que nós temos na Comissão de Segurança, que são as nossas fronteiras. Nós sabemos do problema que temos com o tráfico de entorpecentes. Nós não produzimos maconha e cocaína, mas somos um dos maiores consumidores do mundo. Basicamente todos os crimes acabam tendo vínculo, relacionamento com o tráfico de entorpecentes. Nós temos esse problema muito grande na nossa fronteira. Somos um país extenso. Há dificuldades em combater a vinda dessas drogas para o Brasil.

O contrabando de armas para nós também é uma preocupação muito grande na Comissão de Segurança.



Nós das polícias do Brasil estamos efetivamente nas trincheiras de uma guerra civil. São 55 mil mortes violentas ao ano. Estamos pedindo socorro. Precisamos de ajuda. São Paulo, que tem a maior polícia do País, tem 93 mil homens. Esse número foi estabelecido pelo então Governador Orestes Quécia em 1991, há quase 30 anos. A população do Estado não contava com 20 milhões de habitantes, e foi estipulado o número de 93 mil. Agora estamos com mais de 40 milhões de paulistas. Sabe qual é o número da polícia militar? Oitenta e dois mil. Houve redução. E desse montante, boa parte dos policiais já está gozando de afastamento para entrar para a inatividade. Nós temos uma preocupação muito grande com a redução do efetivo. Eu estou falando do Estado de São Paulo, mas isso se reflete em todas as polícias do Brasil.

Nós temos esse grande problema na nossa fronteira de combater o tráfico de drogas e de armas.

Apesar de todas as missões e funções que V.Exa. já expôs das nossas Forças Armadas, em especial falando pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, venho fazer este pedido, este apelo, para que possamos abrir uma discussão, um diálogo, e verificar onde mais as Forças Armadas podem ajudar a combater esse tráfico de armas e de drogas.

Ministro, eu sei que V.Exa. é ouvido por todo o Governo. Nós temos uma preocupação também com a Força Nacional. Está se adotando uma política de retirar os militares da Força Nacional — retirou os Corpos de Bombeiros. Agora há uma tendência de retirar os membros da Polícia Militar e incluir reservistas, civis. Isso para nós é uma preocupação muito grande. Essas pessoas vão poder portar armas e ter uma série de outros direitos, ao mesmo tempo em que retira as Polícias Militares do contexto da Força Nacional. É uma coisa que está nos preocupando, como essa questão dos bombeiros, que também são militares, que não vão mais integrar a Força Nacional. E me parece que há uma tendência também de substituir os policiais militares que integram a Força Nacional.

Nós precisamos promover esse debate. Há uma preocupação também muito grande nesse sentido. Como V.Exa., tenho certeza, é muito ouvido por todo o Governo, em todos os Ministérios, venho aqui pedir que interceda para que possamos fazer esse debate. É uma preocupação que realmente nós temos.



Aqui fica, Ministro, o pedido para que possamos abrir esse debate, esse diálogo, para tentarmos, de alguma forma, minimizar ou dificultar mais o tráfico de entorpecentes e de armas no Brasil. A violência no País já extrapolou todos os limites que se podia imaginar. É uma questão que se sobrepõe à própria saúde. Todo mundo fala que o maior problema é saúde. Graças a Deus, neste exato momento, apenas 1% da população está necessitando de cuidados médicos, de medicamentos. Porém, 100% necessitam de segurança, de crianças a idosos. Nós estamos vivendo uma guerra no Rio de Janeiro, em São Paulo. As facções criminosas estão se fortalecendo cada vez mais e se fazendo presentes em todos os Estados da União. E as polícias, que estão segurando, por enquanto, para não ser pior do que está, estão pedindo esse socorro.

Já estamos nas trincheiras, aguardando ansiosamente o reforço que não há de outro lugar de vir a não ser das Forças Armadas.

Obrigado, Presidente.

Seja muito bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Presidente Capitão Augusto.

Vou conceder a palavra por ordem de apresentação. A primeira Comissão que apresentou requerimento foi a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A autora, Deputada Bruna Furlan, abriu mão da palavra.

A seguinte é a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, com dois Parlamentares autores de requerimento, Deputados João Daniel e Patrus Ananias, nessa ordem. Cada um tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, eu quero saudar todos os Presidentes de Comissões e Parlamentares em nome do grande Deputado Orlando Silva, o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, e todos que o acompanham nesta audiência, e os militares.

Nós apresentamos o requerimento, fizemos um acordo com o Deputado Arnaldo Jordy para que fosse feito o convite, e estamos aqui para debater, e não com interesse em criar um problema maior do que temos.

Nós acompanhamos essa questão da soberania nacional e temos uma preocupação muito grande, porque um país que não tem um ministério da defesa,



umas forças armadas organizadas, equipadas, dentro de uma visão de sociedade... Nossa visão é de soberania nacional, de defesa do Brasil, de defesa do nosso povo.

Nós tivemos conhecimento de várias notícias em jornais, revistas, televisão, e gostaríamos de fazer algumas perguntas que nos preocupam e que achamos fundamental para este debate.

Todas as guerras, na história da humanidade, foram provocadas pelos grandes interesses econômicos — interesses do grande império. Isso nós acompanhamos e sabemos. Sempre se cria um motivo para atingir a soberania de um país, sempre se cria um motivo para justificar para a opinião pública os massacres, as destruições dos países. Nós também debatemos o tema segurança e entra a justificativa, às vezes, fascista, como ontem eu vi no plenário um Parlamentar fazendo a defesa de um jovem que foi assassinado pela polícia, mas imediatamente vem um discurso do senso comum: *“Esse jovem era traficante”*. Porque é negro, é pobre, é da periferia.

Nós precisamos ter uma nova visão sobre segurança nacional. Nós defendemos que as Forças Armadas não têm o papel de cuidar da segurança, essa segurança pública dos problemas que estão muito mais ligados a problemas sociais nas periferias, nas penitenciárias. Nós defendemos que as Forças Armadas tenham um papel na soberania nacional.

O Brasil tem terras agricultáveis. Nós gostaríamos de fazer uma pergunta, Sr. Ministro, da visão do Ministério da Defesa do nosso País sobre a venda de terras para estrangeiros, sobre abrir a mineração nacional para o capital internacional, sobre a Amazônia. Qual é a visão do Ministério sobre esses temas que, no nosso entender, são de interesse nacional e da soberania nacional?

Saiu nos jornais que o Brasil estaria com uma cooperação americana. Nós gostaríamos que V.Exa. confirmasse ou não se estão sendo realizados exercícios militares na Amazônia com a presença de observadores norte-americanos e qual é o sentido dessa cooperação. O Brasil sempre tratou a segurança da Amazônia como assunto exclusivamente nacional, regional, em cooperação com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a UNASUL. Por que convidar potências, como os Estados Unidos, para cuidar da Bacia Amazônica e fazer esses exercícios. Mudou a nossa estratégia com relação à Amazônia e à soberania nacional?



São algumas perguntas, Sr. Ministro, que nós gostaríamos de discutir. Ouvi vários militares em alguns pronunciamentos, entre eles o General Villas Bôas, que mostra, muito claramente, a defesa nacional e a soberania nacional.

São essas as perguntas. Depois poderemos fazer outras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Tem a palavra o segundo autor do requerimento, Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Deputado Orlando Silva, Ministro Raul Jungmann, colegas Deputadas, Deputados, pessoas aqui presentes, militares, servidores da nossa Casa, jornalistas, eu vou ser bem objetivo.

O companheiro que me precedeu já levantou algumas questões. Dada a exiguidade do tempo, quero primeiro enfatizar o nosso compromisso com a soberania nacional. Nós lançamos na semana passada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. O Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, foi eleito seu Presidente, eu, Secretário-Geral, e Parlamentares de diferentes partidos estão assumindo as coordenações regionais.

Em função disso, nós solicitamos esta audiência com o Ministro Raul Jungmann, a quem quero agradecer a presença, a maneira elegante como sempre se comportou.

Eu serei bem objetivo. Primeiramente, com relação à Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela o Brasil por 20 anos, eu quero perguntar se o Ministro considera que, além do desmonte das políticas sociais, paralisar o Brasil em termos de investimento, educação, saúde, segurança pública, segurança alimentar, assistência social, compromete a soberania nacional, porque congela investimentos relacionados à preservação da nossa defesa, à força militar dissuasória, e a investimentos em pesquisa, em desenvolvimento tecnológico, científico, fundamentais para preservarmos a soberania do nosso País.

A segunda questão que quero colocar já foi aqui mencionada: informações mais claras sobre o exercício militar com a participação dos Estados Unidos da América. Nós temos informação de novos acordos militares entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos, visitas de autoridades da potência norte-



americana, que, historicamente, nunca demonstrou maior interesse na nossa afirmação soberana. Há instalações militares com o objetivo de reaproximar e estreitar as relações militares entre os dois países.

Um dia antes de o Exército dos Estados Unidos inaugurar um centro de tecnologia em São Paulo para desenvolver parcerias com o Brasil em projetos de pesquisa com foco em inovação, em 24 de março, o Ministério da Defesa do Brasil e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos assinaram um convênio para intercâmbio de informações em pesquisa e desenvolvimento. Eu gostaria que o Ministro esclarecesse isso. Interessa a nossa soberania abrir todas as informações sobre o território nacional, especialmente da Amazônia, para nações estrangeiras.

Lembro aqui a frase célebre do General de Gaulle ao seu Ministro de Relações Exteriores, Couve de Murville: *“As nações amigas, Presidente”*. E o grande General de Gaulle, grande em todos os sentidos, disse a ele: *“As nações não têm amigos, Ministro. As nações têm interesses”*.

Nós gostaríamos de saber também sobre a Base de Alcântara. O Ministério das Relações Exteriores anunciou a retomada das negociações com os Estados Unidos para sua utilização.

Também por conta do tempo, vou ser conciso, em linguagem telegráfica. Solicito ao nobre Ministro esclarecimentos sobre a licitação de serviços de satélite. O Governo Temer estaria contratando serviço de satélite para realizar monitoramento de fronteiras e queimadas, também em ação integrada com empresas e potências estrangeiras. E há a questão da privatização de satélites.

Lembro que no dia 4 de maio foi lançado da Guiana Francesa um foguete para colocar um satélite brasileiro em órbita. A proposta de utilização do satélite será compartilhada com o Ministério da Defesa. Eu gostaria que o Ministro nos falasse, com mais detalhes, sobre essas operações.

Por último, nobre Presidente, um assunto que foi colocado aqui. Como o Ministério da Defesa se posiciona em face desse projeto que não foi formalmente apresentado, mas sabemos que está nos rodeando, aguardando o melhor momento, que é a venda de terras para estrangeiros, sem limites. O Ministro não entende que, ao fazermos isso, estamos vendendo também a nossa água — água é um bem



fundamental —, os nossos recursos naturais do subsolo, a nossa biodiversidade, os nossos ecossistemas.

Eu gostaria que o Ministro Raul Jungmann nos falasse sobre esses pontos que mencionei de forma sucinta, a posição do Ministério da Defesa. Lembro que sobre alguns deles, o General Villas Bôas tratou com muita propriedade, quando esteve no Senado Federal.

Por conta do tempo, Presidente, eu encerro, para que possamos garantir a nossa pactuação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço muito ao Deputado Patrus Ananias.

Passamos agora, pela ordem, aos representantes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O primeiro é o Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal. *(Pausa.)* Ausente e eliminado da lista. São mais de 30 inscritos. O Deputado perde a vez, chega aqui e pede questão de ordem. Não é razoável que Parlamentares que estão desde as 12 horas aqui tenham que parar para ouvir aquele que chegou. Está combinado aqui entre nós, com o apoio do Ministro, de ofício.

O seguinte seria o Deputado Capitão Augusto, Presidente da CSPCCO, que já fez o uso da palavra na saudação ao Ministro.

O próximo é o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Orlando Silva, Presidente da CTASP, o Deputado Capitão Augusto. Somos signatários conjuntamente de um requerimento, junto com os Deputados Laerte Bessa e Nelson Marquezelli.

Saúdo o Ministro Raul Jungmann, nosso colega, que está no exercício do Ministério da Defesa. Quero iniciar recordando o Deputado Raul Jungmann, que aqui sempre priorizou um tema importante, o desarmamento, a diminuição da violência. Eu quero começar relembrando esse tema a V.Exa.

Mas antes, Deputado Orlando Silva, quero pedir o tempo de Líder apenas para concluir minhas perguntas. Acrescento que são minhas, mas também dialoguei com as entidades Conecta, Sou da Paz e a Liderança do PT aqui.



Primeiramente, Deputado Raul Jungmann, registro que eu, o Deputado Augusto e o Deputado Laerte Bessa fomos ao Panamá, no PARLATINO, numa comissão que discute o desarmamento e a assinatura do tratado de controle de armas. Eu fiquei meio assustado porque quase 145 países já sancionaram, promulgaram e internalizaram a legislação do tratado de controle de armas. Também me assustei porque, quando dizem que o Brasil exporta armas para o Paraguai e elas voltam para cá, vi que nós não podemos cobrar de nenhum país vizinho, já que não ratificamos esse acordo.

Voltei ao Brasil e fui ver como está o tratado. Ele está neste Parlamento, na Comissão de Segurança Pública. Fui ao Relator, que é o Deputado Lincoln Portela e me disse que as Forças Armadas e o Ministério da Justiça não se pronunciaram em relação a esse acordo.

Então, eu gostaria de saber se V.Exa. considera importante ou não que nós internalizemos esse tratado de controle de armas, porque me parece que só assim poderemos cobrar de algum país vizinho maior controle em relação a exportação e venda de armas para brasileiros e residentes no Brasil. Então, eu gostaria de saber a posição de V.Exa.

O segundo tema é sobre os dois sistemas de controle de armas, um do Exército e outro da Polícia Federal: o Sistema Nacional de Armas — SIGMA e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas — SINARM. Há uma reclamação sobre a integração entre esses dois sistemas. Eu queria saber se há uma política de integração desses dois sistemas para maior controle de armas.

Terceiro, há um projeto de controle da importação e do comércio de armas na fronteira, como também das armas que adentram o território nacional. Queria saber como está esse projeto no Governo.

Quarto, pergunto se este Governo pretende fazer uma campanha de desarmamento. V.Exa., inclusive, foi um dos líderes em 2003, no momento da aprovação do Estatuto do Desarmamento.

Quinto, aconteceram dois fatos em São Paulo: no Guarujá, foram roubadas, se não me engano, 400 armas; em Diadema, 365 armas. Eu até propus um projeto de lei que define que fóruns não são lugares de armazenamento de armas. Nós temos que ter um lugar adequado para elas, que é no Exército. Então, se faz uma



perícia na arma, mas ela não fica no fórum. Tenho esse projeto aqui e queria saber qual o posicionamento do Governo, se ele pode pedir urgência e se tem interesse em aprovar isso.

Por último, eu acompanhei um fato lamentável envolvendo o Exército Brasileiro em São Paulo. Qual foi o fato? Um grupo de estudantes foi mobilizado na rede social, para ir a uma mobilização pelas “Diretas já” e pelo “Fora, Temer” à época. Esse grupo de estudantes foi preso, e me chamaram durante o momento da prisão. Fomos eu, o Senador Eduardo Suplicy e o então Vereador Nabil Bonduki. Chegando lá, os meninos disseram: *“Eu tinha algumas coisas, eu tinha coisas de primeiros socorros, capacete, vinagre”*. Tinham tudo o que é preciso para a defesa num momento como aquele. Eles foram presos. E, durante a prisão, um deles disse o seguinte: *“Mas tinha um cara que também foi preso e sumiu”*.

A Polícia Civil negou acesso aos advogados. No dia seguinte, nós demos uma coletiva e falamos dos abusos e do fato de que havia uma pessoa no momento da prisão que não estava mais no grupo. Um jornal — não sei se foi o *El País* —, junto com os jornalistas que estavam ali, descobriu que ele era um capitão do Exército que se infiltrou, ajudou a articular e ajudou no flagrante.

Posteriormente, essas pessoas foram presas e foram denunciadas por formação de quadrilha, etc., certamente por um delegado articulado para esse fim — porque o então Ministro era o Alexandre de Moraes, que tinha ascensão sobre a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo — e um promotor linha-dura, porque os estudantes não tinham nada, não tinham formado quadrilha. Ocorre que o problema aqui é que o flagrante foi forjado por um capitão do Exército e que há uma denúncia contra esses meninos.

Então, o Exército Brasileiro não poderia fazer uma autocrítica desse equívoco, que fez com que doze jovens fossem denunciados? O Exército se explica dizendo que havia uma Garantia da Lei e da Ordem — GLO. Só que a GLO estava relacionada à passagem da tocha olímpica em São Paulo, que foi no período da manhã, enquanto que a mobilização foi no período da tarde. Então, a meu ver, essa denúncia continua ilegal, pois não foi no âmbito da GLO.

O Exército Brasileiro agiu ilegalmente e causou danos a um grupo de jovens, que estão denunciados, que estão tendo que pagar advogados, que estão tendo que



responder judicialmente. Parece-me que agora os advogados pediram para se deslocar o foro da Vara Criminal de São Paulo para a Justiça Federal, porque havia um capitão infiltrado.

Eu digo isso porque acho que tem que haver uma providência legal contra essa operação, que, em minha opinião, é ilegal. Ela teria sido legal se tivesse sido feita no âmbito da GLO, quando da passagem da tocha, que aconteceu no período da manhã, em São Paulo. Só que essa infiltração aconteceu no período da tarde, no momento das manifestações por “Diretas já” e “Fora, Temer”.

Eu quero saber sobre isso porque estive com a família desses jovens, que estão tendo que pagar advogados, estão denunciados por um promotor linha-dura, numa operação em que, em minha opinião, a maior responsabilidade foi do Exército, uma operação ilegal, irresponsável e inaceitável, porque não foi feita no âmbito da GLO. O Exército Brasileiro não pode fazer isso. Ao fazê-lo, está extrapolando o seu papel. E nós entendemos que o Exército, as Forças Armadas têm que se enquadrar à Constituição brasileira.

Portanto, eu gostaria de saber quais providências foram tomadas e a possibilidade de este Congresso conhecer essas providências, averiguações, investigações, porque elas estão ocasionando danos a um grupo de jovens que estavam para se manifestar livremente num país que não reprime e que, inclusive, permite e estimula que a nossa juventude assim o faça.

Então, eu gostaria de saber a sua opinião sobre isso, além daquelas perguntas anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Paulo Teixeira, que teve tolerância em relação ao tempo porque, como S.Exa. disse, além de ser autor de um dos requerimentos, falou pela Liderança da Minoria.

Vencida a Comissão de Segurança Pública, a próxima é a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Há, porém, um pedido sobre o qual quero consultar o Plenário. A Deputada Maria Helena tem dois compromissos, na bancada e no Ministério, e pede para usar a palavra.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir para usar a palavra, porque hoje é o Dia do Orgulho LGBT, como V.Exa. sabe,



e eu tenho que fazer um pronunciamento na sessão plenária, que está para terminar.

Eu sou Vice-Líder e tenho algumas perguntas relevantes para fazer ao Ministro. Serei bem objetivo mesmo. Não vou fazer preleção, apenas perguntas muito objetivas, que gostaria de deixar aqui ao Ministro, mesmo que me retire depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Se não houver óbice, eu sugeriria ouvirmos a Deputada Maria Helena e o Deputado Jean Wyllys. Após, seguiríamos o roteiro da reunião. Pode ser? (*Pausa.*) Agradeço a compreensão dos colegas.

Tem a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Obrigada, Sr. Presidente Orlando Silva. Cumprimento V.Exa. e os demais Parlamentares signatários do pedido para realização desta audiência pública. Quero cumprimentar o nosso querido Ministro Raul Jungmann, por quem tenho imenso carinho, admiração e respeito, que foi meu dirigente no Ministério do Desenvolvimento Agrário e é meu companheiro de partido, o PPS, de quem também tive a oportunidade de estar ao lado, na luta pela aprovação do Estatuto do Desarmamento, que foi aqui mencionado pelo Deputado Paulo Teixeira.

Infelizmente não vou poder acompanhar esta audiência até o final e ouvir as respostas e informações que o Ministro irá dar a respeito dos questionamentos que já foram apresentados. Eu tenho muito interesse em estar aqui até o final, mas teria uma audiência com a bancada de Roraima, com quem já furei, porque seria às 14 horas, e terei agora, às 14h30min, uma reunião com o Ministro da Educação e não posso me atrasar, porque serei a primeira a ser atendida. Então, peço desculpas aos demais colegas e agradeço por terem me permitido fazer uso da palavra.

Quero apenas registrar, Sr. Ministro, a importância das Forças Armadas para a Região Amazônica. Tivemos a oportunidade de acompanhar a visita que aconteceu este mês, ao Comando Militar da Amazônia, ao 5º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Gabriel, e ao Pelotão Especial de Fronteira de Maturacá.

Em anos anteriores, eu já havia visitado Ipiranga e São Joaquim. E quero registrar aqui a emoção que todos nós sentimos não só por estarmos num Brasil



diferente que é a Amazônia, mas por estarmos conhecendo e em contato com brasileiros tão determinados, tão jovens e que carregam um amor tão grande pela nossa Pátria, estando lá isolados, defendendo o nosso País.

Eu fico muito feliz de saber que o Exército agora vai conectá-los pela Internet, porque lá, além de ficamos totalmente isolados, esses brasileiros ficam, ao longo de 2 anos, isolados. Mas agora o Exército vai levar, pelo Rio Negro, os cabos de fibra ótica, para que eles tenham também acesso à Internet banda larga.

Eu preciso também registrar a importância das Forças Armadas para o nosso Estado de Roraima, onde hoje nós sofremos um fluxo migratório diferenciado e inesperado, de 8 mil a 10 mil pessoas por dia, como V.Exa. aqui registrou. Isso traz doenças, traz o aumento da malária, que nós já tínhamos controlado, superlotando nossos hospitais, que já têm problemas para atender à população local e não podem negar atendimento médico a essas pessoas que chegam.

E nas escolas? A Prefeita Teresa Surita, de Boa Vista, onde o ensino fundamental é modelo para o País, está hoje prejudicando as crianças daquela Capital ao ter que atender venezuelanos por imposição do Ministério Público.

Houve o aparecimento de prostituição nas ruas, o que, na história de Roraima, não tinha se verificado. Infelizmente também houve o aumento da criminalidade, porque, para sobreviver, eles estão roubando e assaltando.

Mas o que eu preciso aqui registrar é o esforço que nós temos feito enquanto Parlamentares, para ajudar as Forças Armadas na Amazônia, o Exército Brasileiro e a Marinha, tanto no atendimento médico que faz pelo Rio Amazonas quanto no Programa Antártico Brasileiro.

É com muito orgulho, Deputado Paulo Teixeira, nosso companheiro de Frente Parlamentar, que registro que, desde o ano de 2005, conseguimos contribuir para a ampliação e modernização da Estação Antártica Comandante Ferraz, que infelizmente perdemos em 2011 e agora está sendo reconstruída. Estamos fazendo um esforço para dar a nossa colaboração enquanto Parlamentares, para que essa estação venha a acontecer e a pesquisa brasileira continue a se fazer presente no continente antártico.



Meu abraço, Sr. Ministro. Não vou poder continuar porque realmente tenho que comparecer a outra audiência. Mas agradeço aos colegas pela paciência e por terem me permitido falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço à Deputada Maria Helena.

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, pedindo que seja acrescentado o tempo da Liderança do PSOL.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente e demais pares, pela compreensão. Quero saudar a presença do Ministro Raul Jungmann, que sabe tenho por ele, pessoalmente, uma relação respeitosa e carinhosa, em que pese eu não reconhecer o Governo do qual ele faz parte. Ele sabe disso. Isso é da democracia.

Quero aproveitar também que hoje é o Dia do Orgulho LGBT para manifestar a minha esperança de que as Forças Armadas no Brasil se mobilizem para tirar do Código Penal Militar a homossexualidade como crime, seguindo o exemplo das Forças Armadas americanas, que acabaram com o *Don't ask, don't tell*, aquela lei que impedia que os homossexuais se manifestassem publicamente nas Forças Armadas daquele país.

Sr. Ministro, as perguntas que eu tenho são muito objetivas. A primeira delas estende a pergunta do Deputado Paulo Teixeira e tem a ver com o agora Major Willian Pina Botelho, o Balta, que era o então Capitão do Exército que se infiltrou numa operação de inteligência, segundo ele, nas manifestações contra o *impeachment*. Na época, o Exército negou essa operação especial, que ele tivesse se infiltrado com esse objetivo. Mas esse capitão foi promovido, por merecimento, a major.

A pergunta que eu faço é se V.Exa. não considera uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, notadamente aos direitos políticos, o fato de um capitão, à revelia, se infiltrar numa manifestação popular — que é um direito no Estado Democrático —, usando um aplicativo como o Tinder para recrutar jovens e colocá-los numa situação delicada agora, de denunciados. Essa é a primeira pergunta, numa extensão da pergunta do Deputado Paulo Teixeira.



Segunda pergunta. Conforme noticiado pela imprensa brasileira e venezuelana, a empresa brasileira Condor Tecnologias Não Letais teria vendido ao Governo da Venezuela, em abril de 2017, cerca de 78 mil granadas de gás lacrimogêneo, ao custo de 3,6 milhões de reais. De acordo com a imprensa, o Governo brasileiro teria embargado a venda. Porém, não houve nenhuma declaração oficial sobre o tema. A imprensa disse isso, mas até agora nenhuma declaração oficial.

Sobre esse caso concreto, eu pergunto: houve restrição da venda de armas menos letais de fabricação brasileira ao Governo da Venezuela? Em caso de resposta positiva, qual a justificativa e o prazo de duração da restrição? Qual o posicionamento do Ministério da Defesa em relação a esse tema?

Por fim, quero fazer um comentário. Eu fico impressionado como nós no Brasil estamos nos especializando no direito das vidraças, das paredes, no direito do concreto, deixando de lado o direito das pessoas. É óbvio que V.Exa. é um homem inteligente e sabe que, naquele momento das manifestações, havia uma desproporção no uso da força. A polícia estava mobilizada, o Batalhão de Operações Especiais estava mobilizado. Eles tinham a manipulação da força e das armas naquele momento.

Eu acho que é um pouco tapar o sol com a peneira considerar que ali havia paridade entre manifestantes e polícia e não entender que a população estava muito mais vulnerável ao uso legal da força pelas polícias. Então, quero que V.Exa. reconsidere isso e pense que, num país como o nosso, o grande patrimônio é o povo brasileiro. Nós somos o melhor do Brasil, e não as paredes e as vidraças.

Peço licença para me retirar, porque vou fazer um pronunciamento agora no plenário. Mas vou ficar atento às respostas de V.Exa., que serão aqui gravadas e registradas.

Muito obrigado. Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Jean Wyllys.

Agora passamos a convidar os autores de requerimentos na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

A primeira autora é a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)* Ausente.



Com a palavra o Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Robinson Almeida. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Sâguas Moraes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*

O próximo orador, já da Comissão de Seguridade Social, é o Deputado Adail Carneiro. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Conceição Sampaio. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Zenaide Maia. *(Pausa.)*

Passamos agora à ordem de inscitos dos Deputados presentes. A primeira inscrita é a Deputada Bruna Furlan, que faz tempo que não fala nesta reunião.

A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN - Olha o *bullying*, Sr. Presidente!
(Riso.)

Sr. Ministro, quero apenas registrar que, nessa terça-feira, o Chanceler Aloysio Nunes esteve conosco e destacou a parceria entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa. Uma vez que a política externa não pode prescindir das forças militares, como está esse diálogo e quais metas foram estabelecidas?

Em fevereiro, eu acompanhei V.Exa. no primeiro Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Portugal. Como está este processo? Registro que são muitos os investimentos para o Brasil em relação aos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN.

Em abril, também participei, ao lado de V.Exa., da Latin America Aerospace and Defence — LAAD, no Rio de Janeiro, e percebi o grande interesse das indústrias de defesa estrangeira em parcerias com o Brasil. De lá para cá, quais foram os avanços dessa cooperação? Qual é o impacto econômico e social das parcerias de defesa para o interesse nacional?

Muito obrigado, Sr. Ministro. Aguardo as respostas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço à Deputada Bruna Furlan.



Com a palavra o Deputado Pedro Vilela. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Miguel Haddad. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)*

O Deputado Subtenente Gonzaga tem a assinatura mais difícil de entender do planeta. Parece um hieróglifo isto aqui. *(Riso.)*

Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, se eu tenho uma marca, é esta bendita ou maldita caligrafia. *(Riso.)*

Cumprimento V.Exa., as Sras. e os Srs. Deputados e S.Exa. o Ministro da Defesa.

Exmo. Sr. Ministro, sempre é uma satisfação ouvir V.Exa. Serei bem rápido. Inicialmente, queria reconhecer algo de público. Há 1 ano, V.Exa. esteve aqui, quando um dos temas em debate era a reforma da Previdência, e fez um compromisso público em relação à Previdência e à discussão de governo em relação aos militares. E eu quero aqui, de público, reconhecer que V.Exa. atuou, de forma permanente e constante, com esse compromisso de reconhecer as peculiaridades dos militares. A construção do texto nesta Casa levou em conta tal situação. E eu tenho a clareza do papel de V.Exa. nesse processo.

Vou falar um pouco daquilo que outros Deputados já colocaram, também registrando algumas preocupações rapidamente.

Primeiro, vou falar sobre a Força Nacional. Provavelmente V.Exa. conhece mais do que todos nós aqui a realidade da segurança pública no Brasil e a nossa demanda por efetivo. Nós consideramos a Força Nacional um equívoco já na origem. Mas estamos diante de um dilema específico, que foi introduzido com a Medida Provisória nº 755, agora reeditada na Medida Provisória nº 781: a admissão de ex-militares das Forças Armadas na Força Nacional.

Neste momento, existe um problema de desmobilização dos militares estaduais — que originalmente compõem a Força —, em privilégio dos ex-militares. Também sabemos que existe um problema hoje com os ex-militares, que nem



sequer foram selecionados, que se inscreveram para servir na Força Nacional e estão hoje em missão nos Estados.

A atuação da Força Nacional sempre é no momento de conflito. Portanto, está havendo até uma subjugação da soberania dos Estados por meio da Força Nacional, cujo efetivo nem sequer é de servidores públicos. Inclusive há o problema sério da utilização de armas sem treinamento.

Então, há uma série de problemas. Nós estamos de fato preocupados com a Força Nacional, que está sendo composta por civis na condição de ex-militares.

Segundo, há uma questão que eu quero colocar com muita preocupação. Esta Comissão de Relações Exteriores realizou, há 15 dias, uma audiência pública em face do levantamento que fizemos, no qual não encontramos acordos bilaterais ou multilaterais que pudessem instrumentalizar a área de inteligência policial do Brasil, ou seja, a investigação policial.

Existe a figura da INTERPOL, que tem o predomínio da Polícia Federal, que nada compartilha com a Polícia Civil ou com a Polícia Judiciária. Trata-se de uma ação quase exclusiva dos delegados da Polícia Federal.

Identificamos que, muito embora haja grande preocupação com a segurança pública nas fronteiras, não existem instrumentos para a segurança pública no interior. Se hoje existe a realidade do crime transnacional, que tem a necessidade de ser investigado a partir do interior do Brasil — em qualquer espaço, lá em Minas Gerais ou em São Paulo —, nós não encontramos instrumentos nem acordos bilaterais ou multilaterais na área de inteligência policial.

Nós entendemos que é fundamental que o Ministério da Defesa — até pela experiência e por tudo o que se constrói em termos de fronteira e de defesa nacional — tenha uma participação em termos de parcerias que nos permitam concretamente construir esses acordos.

Também pergunto, concordando que a venda de terras estrangeiras se trata mais de uma questão de soberania nacional do que de economia, qual é a posição do Ministério da Defesa sobre esse tema.

Com relação às nossas reservas, poderia falar de todas. Mas foco as nossas reservas de petróleo, que entendo que não devem servir apenas para o equilíbrio fiscal, mas também para uma estratégia de defesa e de soberania em longo prazo.



Então, Sr. Ministro, eu gostaria de questioná-lo sobre esses assuntos, lamentando que o tempo não nos permita aprofundar em outros temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

O Deputado João Daniel está inscrito como orador. Mas, já que ele fez uso da palavra como autor do requerimento, eu questiono se mantém sua inscrição como orador.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, só queria dizer que desejo ouvir a resposta em seguida.

Infelizmente, por ser de uma Comissão Mista da Câmara e do Senado, tenho que me retirar em seguida. Mas peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado João Daniel por retirar a inscrição.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Sr. Ministro da Defesa.

Vou abordar praticamente três pontos, até porque meu tempo é curto e também tenho que ir a outra Comissão.

Sr. Ministro, o crime organizado toma conta não só do nosso País, porque já extrapolou as barreiras da nossa fronteira. Eu gostaria de saber como o Ministério da Defesa tem agido, juntamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para atacar os grandes traficantes, que são os líderes do PCC, do Comando Vermelho, da Família do Norte etc. Para que isso possa acabar ou se amenizar, é preciso atacar a parte financeira deles.

Não adianta querer ir apenas às ruas e prender os traficantes, se não vamos atacá-los. Então, eu gostaria de saber o que o Ministério da Defesa pode fazer sobre isso.

Inclusive, quanto à questão de extrapolar as barreiras, cito aqui a preocupação com o que está acontecendo ultimamente na Venezuela, onde existe um ditador cocaineiro que se diz — entre aspas — “comunista”, mas que está



reprimindo o povo, matando, causando fome e tirando direitos políticos. Hoje tomamos conhecimento de que, neste momento, já existem naquele país forças de segurança que estão se opondo ao governo, que espero que caia rapidamente.

Quero abordar, em específico, a questão das Forças Armadas nas ruas, que foi tratada por Deputados que nos antecederam. Quero dizer que sou amplamente favorável a isso. Num país em que há uma deficiência muito grande de polícias, em que o quadro policial é pequeno, eu quero crer que é, sim, um grande prazer as Forças Armadas estarem nas ruas, principalmente para manter a ordem.

Quando eu ouço pessoas e políticos falarem sobre o caso que ocorreu em São Paulo, vejo que incriminam praticamente um capitão ao dizerem que ele forjou um evento envolvendo jovens estudantes. Dizem que o delegado foi tendencioso, que o promotor é linha-dura, que o Judiciário seguiu a linha-dura. Estava todo o sistema de segurança errado em relação a — entre aspas — “esses jovens estudantes”? Eu tenho absolutamente certeza de que não estavam.

A questão é que é absolutamente legal o Exército infiltrar qualquer agente de segurança para manter a ordem. Isso faz parte da segurança e da defesa. E, se os pais desses “jovens estudantes” — entre aspas — não estão agora se sentindo bem por terem que pagar advogado, que eduquem os seus filhos para que respeitem os direitos dos outros, para que não venham às ruas criar baderna, botar fogo em ônibus e quebrar prédios públicos. Cabe ao Estado evitar esses atos. Se eles tivessem sido educados, eu tenho certeza absoluta de que não teriam sido presos e denunciados.

Então, eu agradeço, sim, às Forças Armadas e quero parabenizar o capitão por ter sido promovido a major. Espero que ele continue fazendo o seu trabalho, porque lugar de baderneiro e bandido é na cadeia, e não nas ruas, quebrando o patrimônio público ou agredindo as pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O próximo orador é o Deputado Marcelo Delaroli. *(Pausa.)* Ausente.

O próximo orador é o Deputado Delegado Waldir.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Eu peço ao Delegado Waldir que faça uso da palavra, porque tenho a certeza de que isso vai tranquilizar o Delegado Éder Mauro. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, Sr. Ministro Raul Jungmann, Sr. Presidente Orlando Silva.

Sr. Ministro, eu queria dizer da minha preocupação com um fato que não é de sua Pasta. Mas V.Exa. esteve nesta Casa durante muito tempo. Neste País, 70 mil pessoas são mortas por ano por causa de drogas e armas.

Discordo do Deputado Delegado Éder Mauro porque acho um absurdo a utilização das Forças Armadas no policiamento nas ruas. Esse papel é da Polícia Estadual, é da Polícia Federal. E eu penso que o Governo Federal, as Forças Armadas têm incentivado a incompetência dos Governadores, que não têm tido capacidade para fazer a segurança pública. Eles não contratam policiais e, quando o fazem, pagam uma miséria. Essa é uma obrigação dos Prefeitos, através das Guardas Municipais, é da Polícia Militar, é da Polícia Civil.

O Exército tem que cumprir a missão que lhe cabe. Se o Exército, a Marinha e a Aeronáutica conseguissem cumprir sua missão, que é o trabalho de polícia em até 150 quilômetros de faixa de fronteira, com certeza haveria redução de mortes.

Nós fazemos o trabalho de defesa, Sr. Ministro, de forma amadorística. A polícia, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica ficam todos com cara de palhaço, correndo atrás da droga e da arma através de adivinhação. Nós sabemos que a planta que origina a cocaína é plantada na Bolívia e na Colômbia, mas continuamos a construir estradas para financiar o crime. Nós temos que parar com essa brincadeira de gato e rato, nós temos que usar devidamente as nossas Forças Armadas.

Além dessa minha preocupação, também tenho outra relacionada aos cortes no Orçamento. É um absurdo! Os principais projetos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estão perdendo recursos.

Eu soube que tem havido um contingenciamento no Orçamento e que os recursos das Forças Armadas brasileiras são 20 vezes menores do que os das americanas. As nossas Forças Armadas têm recursos 20 vezes menores.



Sr. Ministro, V.Exa. sabe melhor do que eu que nós temos 16.866 quilômetros de fronteiras, dos quais apenas 660 quilômetros são cobertos pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON. Como reduzir a entrada de armas e de drogas no País...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Olhe o tempo, Deputado!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, como o tempo lá não está marcado, eu acho que vai ter que recomeçar o meu tempo de 3 minutos. *(Risos.)* Eu não vi os 3 minutos marcados. Eu estou acompanhando lá.

V.Exa. falou sobre o tempo, mas não há nenhum minuto marcado. Então, eu pediria que V.Exa. que marcasse o tempo, para que eu possa terminar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Deputado Delegado Waldir, evidentemente V.Exa. vai concluir o seu raciocínio. O tempo foi marcado e foi concluído. Mas V.Exa. tem o direito de concluir o seu raciocínio. Só considere que seu tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu peço isso a V.Exa., então, considerando que não sei de que forma foi feita essa marcação, talvez por adivinhação. Eu estou acompanhando o meu raciocínio pelo marcador oficial e, como não estou vendo nada lá, vou falando. Mas vamos continuar.

Sr. Ministro, a minha preocupação é, sem dúvida nenhuma, sobre quando vamos acabar esse programa do SISFRON que trata de projetos de inteligência.

E queria implorar a V.Exa. que tirasse as Forças Armadas dos Estados. Não podemos mantê-las nas ruas. Elas podem ser colocadas para construir estradas. Mas colocá-las nas ruas é incentivar a incompetência dos Governadores. V.Exa. e o Presidente atual, assim como a Presidente anterior, Dilma Rousseff, estão incentivando a incompetência dos Governadores, ao contratar pessoas para fazer segurança. Peço ao senhor urgência para esse projeto do SISCOM, que acho muito importante para o nosso País.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.



Peço que marque o tempo e alerte os demais Parlamentares para o tempo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Prezado Presidente, Ministro Raul Jungmann, demais autoridades presentes, infelizmente não pude acompanhar toda a exposição porque estava em outro compromisso, o que é normal na vida de um Deputado — o Ministro Raul Jungmann conhece a dinâmica aqui da Casa. Por vezes, queremos abraçar o mundo.

Fiquei sabendo que levantaram a hipótese de uma infiltrada em meio às manifestações. Parabéns! Teríamos que puxar a orelha das Forças Armadas se não estivesse ninguém ali de olho, porque de manifestação não há nada. Onde já se viu manifestação incendiar. É preciso o quê? É preciso morrer uma pessoa incendiada dentro de um Ministério para começarem a chamá-la, em vez de manifestação, de depredação de patrimônio público, de vandalismo? É óbvio que não! Bola dentro para as Forças Armadas. Parabéns pela condução!

A ressalva que eu tenho, a diferença que nós temos muito grande é com relação a armamento. Mas não há problema algum, podemos debater o assunto no campo ideológico.

No tempo que me resta, que não sei qual é, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - V.Exa. tem 2 minutos e 20 segundos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Perfeito.

Quero apenas chamar a atenção, prezado Ministro — com certeza, V.Exa. tem noção disso —, para a situação atual da Venezuela. Ao que tudo indica, surgiu uma nova milícia para se rebelar contra o governo do ditador Maduro. O que está ocorrendo lá é que a Direita teme o que a Esquerda faça e que a Esquerda teme o que a Direita faça. Ou seja, é a democracia asfaltando o caminho para o sistema autoritário. Isso ninguém quer.

Naquele país, onde a maioria do Congresso foi tida como opositora ao governo de Maduro e o Judiciário fecha o Congresso, já não se pode mais falar em democracia. E PT, PCdoB e PSOL só não criticam as Forças Armadas porque elas estão do lado do governo comunista de Maduro, que tem ideias revolucionárias. Não vou nem entrar no fato de quantos cubanos estão lá e até de quantas ligações com o governo iraniano estão ocorrendo.



Se o Brasil quer ser respeitado internacionalmente, ele tem que se posicionar. A escalada da violência na Venezuela é crescente. Caracas já é a cidade mais violenta do mundo. Se, no País, reclamamos de 30 mortos para cada grupo de 100 mil habitantes, em Caracas esse número está em 120 mortos, com seu povo totalmente desarmado. Eu acredito que ou eles partem para esse tipo de embate, ou continuarão sendo esmagados e assassinados como ovelhas.

Eu gostaria de ouvir da maior autoridade das Forças Armadas, à exceção do Presidente da República, o posicionamento do Brasil em relação a esses novos fatos na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O último inscrito é o Deputado Carlos Zarattini. Nós tínhamos combinado que, ao final das inscrições, passaríamos a palavra ao Ministro e encerraríamos a reunião, em função da agenda e do tempo. Mas dois Deputados, Edmilson Rodrigues e Erika Kokay, que estavam ausentes quando convidados a falar, pediram para reaver os 3 minutos. Considero razoável definirmos o Deputado Carlos Zarattini como último orador e darmos a palavra aos Deputados Edmilson Rodrigues e Erika Kokay e, em seguida, ao Sr. Ministro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu só quero lembrar que ainda há pouco, quando chegou a vez do Deputado Laerte Bessa, V.Exa. declarou que ele estava eliminado porque estava ausente e se dirigiu a todos os Deputados, para que ficasse afirmado e registrado, que quem estivesse ausente e não tivesse falado não poderia mais falar. V.Exa. vai abrir deferência agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Deputado, podemos manter o entendimento anterior, mas, do mesmo modo que todos nós tivemos flexibilidade para permitir que a Deputada Maria Helena e o Deputado Jean Wyllys usassem da palavra antes dos autores dos requerimentos, minha sugestão é que nós ouçamos a Deputada Erika Kokay e o Deputado Edmilson Rodrigues. É claro que este é um



entendimento entre nós. Se o Deputado Laerte Bessa estivesse aqui fazendo este pedido, eu não me oporia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Estou lembrando V.Exa., porque eu não sei se, caso o Deputado Bessa voltasse e pedisse para falar, falaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - É claro! Se ele chegasse aqui neste momento. É que estamos na fase de firmar o entendimento. Inclusive a Deputada vai falar como membro de uma das Comissões, não necessariamente como autora, o que vai repercutir no tempo que vai utilizar.

Agradeço a compreensão ao Deputado. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Claro, é que não estava registrada a sua inscrição.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Quero cumprimentar o Deputado Orlando Silva e o Ministro Raul Jungmann e manifestar a nossa preocupação com esses episódios chamados de participação das Forças Armadas em momentos de manifestações, tidos como operações de Garantia da Lei e da Ordem, particularmente nestes dois últimos: a manifestação em São Paulo, com a infiltração de um membro do Exército Brasileiro, caso para o qual não houve solução ainda — e de fato houve infiltração, nós não sabemos exatamente a pedido de quem, porque foi uma manifestação absolutamente pacífica, que ocorreu normalmente, acompanhada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que tem resolvido as manifestações, muitas vezes, com grande entendimento, outras, com confronto, manifestações às quais vou me referir depois; e a manifestação em Brasília do movimento sindical, à qual foi atribuída uma demanda do Presidente da Câmara dos Deputados, sendo que o próprio Governador do Distrito Federal declarou à imprensa que não solicitou aquela participação e, mais do que isso, que, segundo sua avaliação, tinha controle sobre as manifestações.

Eu quero concordar, e muito, com o Deputado Delegado Waldir, que fez um bom pronunciamento que reflete muito o nosso ponto de vista. Nós acreditamos fundamentalmente em que as Forças Armadas joguem o seu empenho nas questões de fronteira, na defesa do território nacional e na defesa de todo o nosso



patrimônio, cuja principal riqueza é exatamente a população brasileira, na segurança da população brasileira.

Existem inúmeras ameaças. E nos causa estranheza que haja essa participação exatamente em atos políticos, quando os confrontos são provocados por pequenos grupos. Na manifestação do movimento sindical que houve aqui, isso ficou claro e evidente. O confronto se iniciou a partir da ação de um grupo de não mais de 30 pessoas. Eu e muitos Deputados desta Casa somos testemunhas do que ocorreu naquela manifestação.

O mais estranho para nós todos é que esses grupos nunca são detidos, mas é detido um grupo de estudantes que se comunicava via aplicativo e que foi à manifestação, como outros tantos grupos que são mais de amigos do que propriamente de organizações políticas ou de qualquer outro tipo. O que nos causa estranheza é que os grupos chamados *black blocs* nunca são detidos, nunca são investigados, nunca são averiguados. Por que se infiltra um membro do Exército num grupo de estudantes e não se infiltra num grupo de *black blocs* para nos informar como atuam, como agem, como se organizam?

Essas são questões que eu estranho muito. Considero, em certos momentos, que está se fazendo uso político das Forças Armadas — uso político das Forças Armadas! E nós não concordamos com isso de forma alguma. Há alguns dias, os comandantes das Forças Armadas disseram que não vão interferir no processo político e que vão respeitar a Constituição de 1988.

Evidentemente, as operações de GLO são previstas na Constituição e têm que ser demandadas pelos Governadores ou pelo Presidente da Casa, mas nós não concordamos com essa forma. Não existiu situação de descontrole na manifestação em Brasília, muito menos em São Paulo. Não ocorreu uma situação em que houvesse a necessidade da intervenção das Forças Armadas por absoluta falta de capacidade das forças de segurança regulares dos Estados.

Ministro, eu considero que foi ultrapassada uma fronteira muito perigosa. Nós queremos manifestar o nosso desacordo com essa forma de atuação. Nós somos apoiadores convictos do fortalecimento das Forças Armadas na sua missão constitucional, principalmente na defesa do território nacional. Apoiamos a formação de efetivos mais bem preparados, mais bem remunerados, somos favoráveis a que



se equipem as Forças Armadas com o que há de melhor, mas discordamos que se ultrapasse essa fronteira política, que é fundamental, no respeito a nossa Constituição e ao jogo democrático que tem que haver neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Eu agradeço ao Deputado Carlos Zarattini.

Eu gostaria que nós firmássemos um pacto, levando em conta a agenda do Ministro. O Deputado Abel Mesquita Jr. estava presente, mas não havia registrado o pedido de inscrição, assim como o Deputado Sóstenes Cavalcante, que chegou há algum tempo.

Eu queria sugerir que nós ouvíssemos os Deputados a que me referi e, na sequência, passássemos a palavra ao Ministro, que teria certa tolerância, e encerrássemos as inscrições. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Deputado Abel Mesquita Jr. Em seguida, usarão da palavra os Deputados Sóstenes Cavalcante, Edmilson Rodrigues e Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA BRUNA FURLAN - Sr. Presidente, também precisamos cuidar da agenda do Ministro. Então, eu queria pedir a V.Exa. que agisse bem de acordo com os compromissos assumidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - O cronômetro, que é o primeiro mecanismo para isso, voltou a funcionar.

Com a palavra o Deputado Abel Mesquita Jr.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Sr. Presidente Orlando Silva, cumprimento V.Exa. e o Ministro Raul Jungmann.

Sr. Ministro, eu quero falar especificamente do meu Estado de Roraima. Nós nos sentimos fragilizados com relação à defesa nacional. Já fomos até rotulados de “corredor internacional de drogas”. Somos vulneráveis ao tráfico de drogas e de armas e ao contrabando de mercadorias, pois estamos próximos às áreas de atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC. Em Roraima, nunca estivemos tranquilos.

Sobre o tema desta reunião, tive a informação de que Tabatinga, a 1.108 quilômetros de Manaus, será um dos Municípios do Amazonas a receber uma base



interligada ao Centro Integrado de Comando e Controle Regional, um monitoramento que implantaram na Copa do Mundo, em Manaus.

Não quero desmerecer o Amazonas, mas digo que Roraima está aberta por estradas para a Venezuela, que vão direto para o oceano. Contingente bem treinado, o Exército Brasileiro tem. Sugiro que usemos essa forças para isso.

Portanto, Sr. Ministro, eu pergunto: o que o Governo tem em vista para nos proteger em Roraima, já que existe lá uma tríplice fronteira?

Há outra coisa com relação ao fechamento, em cuja tecla eu tenho batido muito, porque Roraima é o único Estado da Federação que não está interligado ao Sistema Interligado Nacional, é o único Estado da Federação que está acorrentado por 12 horas. Se, porventura, V.Exa. estiver no Estado de Roraima, especificamente na Capital Boa Vista, e adoecer, não vai poder passar, entre 18 horas e 6 horas da manhã, numa BR que é de segurança nacional, para chegar a um centro maior, que é Manaus, no Amazonas.

A população do meu Estado vem buscando explicação para isso há muitos e muitos anos. Então, eu não poderia me furtar de, nesta oportunidade com o Ministro, fazer um apelo no sentido de que o Ministério da Defesa faça algo para ajudar o povo de Roraima.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. Em seguida falará a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, ilustre Ministro Raul Jungmann, na verdade, venho aqui mais uma vez, com muito respeito ao trabalho do Ministro, reconhecer que, em episódio recente já relatado por outros colegas, quando foi necessária a presença das Forças Armadas em manifestação aqui em Brasília, S.Exa. cumpriu um papel institucional importante.

Gostaria que aqueles que se preocupam entendessem que o histórico e o legado da vida do Ministro Raul Jungmann diz muito bem sobre o seu caráter e suas origens democráticas.

Sr. Ministro, tenho a convicção e a maior tranquilidade para afirmar que não haverá excessos em nenhum momento ao longo do exercício do seu trabalho como Ministro, porque V.Exa. tem a sensibilidade de um homem público que sempre lutou



pelas regras democráticas. Assim como tenho a convicção de que V.Exa. não permitirá excessos de repressão, tenho a convicção de que não lhe faltarão altivez e coragem para não aceitar que transformem este País numa baderna e numa balbúrdia, o que alguns querem fazer.

É preciso que fique bem claro que manifestações democráticas aconteceram neste País, nos últimos anos, com milhões e milhões de pessoas, e não havia um quebra-quebra, uma baderna. Mas aqueles que hoje querem fazer baderna e desordem terão que encontrar, não só no Ministro da Defesa, mas, quando necessário for, também nas Forças Armadas — como foi o caso — a resposta à altura para baderneiros. Em democracia, se respeitam as manifestações democráticas e pacíficas, não a desordem.

Então, Sr. Ministro, pedi aqui a palavra apenas para lhe parabenizar pela postura. Quero dizer que é isto que se espera de um Ministro da Defesa: o equilíbrio que é peculiar ao legado da sua história. E não será a atitude isolada de um ou de outro que vai manchar o legado da história de V.Exa.

Mas eu não vim só para tecer elogios. Como aprendi que, antes de se aplicar qualquer vacina, é bom passar álcool, pois refresca, apenas gostaria de lembrar algo a V.Exa. Sei dos esforços das Forças Armadas ajudando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro a superar a crise. Mas, quando qualquer outra ação for feita, peço que não se esqueçam dos Municípios da Baixada Fluminense.

Existe uma grande concentração de policiais militares por conta das UPPs, que, para mim, foram um erro e já faliram há muito tempo. Essa lógica da PM local já deveria ter sido desfeita, o que ainda não aconteceu. O que está acontecendo é que, quando se chama o reforço das Forças Armadas, o erro continua. A concentração é exacerbada em alguns momentos não porque ela seja demais, mas porque não se lembram de que, na Baixada Fluminense, existem Municípios mais pobres, com pessoas menos favorecidas, que também precisam de segurança. Lá o caos está muito pior do que na Capital do Rio de Janeiro. Aliás, é difícil saber onde está bom. Quero só lembrá-lo disso.

Agradeço e parabenizo V.Exa. pela condução equilibrada frente ao Ministério da Defesa.

Obrigado, Sra. Presidente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bruna Furlan) - Deputado Sóstenes Cavalcante, nós que agradecemos a sua intervenção.

O Presidente da Comissão de Trabalho, o Deputado Orlando Silva, foi até o plenário registrar a presença, porque, em pouco tempo, será encerrada a Ordem do Dia. Então, eu tive a honra de assumir novamente a presidência deste momento importante da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

O Deputado Orlando Silva me orientou a passar a palavra à Deputada Erika Kokay ou ao Deputado Edmilson Rodrigues. Pergunto se houve um acordo entre os dois, porque não sei quem falará primeiro. De qualquer maneira, o Presidente voltou.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Deputado Edmilson Rodrigues não está aqui no momento, mas está assegurada a sua inscrição. Eu posso falar enquanto o Deputado se dirige de novo a este plenário. Ele teria antecedência, porque se inscreveu primeiro. Entretanto, eu posso falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Deputada, V.Exa. tem 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, Sr. Presidente, eu sou uma das autoras de um dos requerimentos, que era de convocação e depois foi transformado em convite, para o Ministro Raul Jungmann explicar para a Nação o que houve com a intervenção das Forças Armadas na Esplanada dos Ministérios.

Isso foi alguma coisa absolutamente anacrônica e inusitada, que me deu a convicção muito intensa de que ainda havia muitos pedaços da ditadura durante a nossa contemporaneidade, que me deu a convicção de que não tínhamos feito o luto da ditadura.

Essa convicção eu tenho tido todos os dias, inclusive quando fui visitar as vítimas da manifestação, aqueles que vieram aqui protestar contra a maior retirada de direitos da história deste Brasil nos últimos tempos, aqueles que vieram aqui protestar em defesa das suas próprias aposentadorias. Um deles ficou alguns dias em coma, por ter alojada uma bala de arma letal, que deve carregar pelo resto da vida. Também um trabalhador rural teve a perda da visão de um olho, porque uma bala de borracha foi direcionada para o seu rosto.

Portanto, houve o rompimento da soberania popular, do direito do povo de se manifestar acerca do que está acontecendo, de ter o seu próprio destino sob o seu



controle. Nós vimos aqui pedaços da ditadura patrocinados por uma decisão do Ministro da Defesa de coalhar a Esplanada dos Ministérios de Forças Armadas.

Mas não é só isso. Se nós não temos soberania popular, tampouco estamos tendo soberania nacional. E penso que, quando há abertura para que terras brasileiras sejam vendidas a estrangeiros sem qualquer tipo de controle, a nossa soberania nacional fica abalada. Quando se contingencia um programa de investimentos para a Base Industrial de Defesa e para o reaparelhamento das Forças Armadas, também se coloca em risco a nossa própria soberania. Quando há a venda de um barril de petróleo ao preço médio de 2 dólares, um patrimônio da PETROBRAS que é arrancado e dilacerado, também está em risco a nossa soberania nacional.

Por isso, Sr. Ministro, não cabe, neste Governo, quem tem história em defesa da democracia, não cabe, neste Governo, quem defende a soberania nacional, não cabe, neste Governo, quem tem compromisso com o povo brasileiro, com cada brasileiro e com cada brasileira.

Por fim, eu gostaria apenas de dizer que há um projeto para que se possa vender 40% das terras dos Municípios brasileiros para estrangeiros. Nós estamos falando de um Brasil que detém 13% da água doce do mundo, que tem terras agricultáveis abundantes e que tem 22% da biodiversidade do planeta.

Portanto, Sr. Ministro, a sua história não cabe neste Governo, que está envolvido em toda a sorte de corrupção, entregando o País e retirando direitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço à Deputada Erika Kokay.

O último inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, o fato de V.Exa. ter uma vida de ocupação em espaços institucionais importantes, inclusive no Parlamento; torna a sua presença um prestígio hoje para nós. Muitos Ministros preferem mandar representantes, e eu queria agradecer-lhe a oportunidade de lhe perguntar diretamente e de lhe expressar algumas preocupações.



Primeiro, não se pode ser principista quanto à necessidade de acordos de cooperação. Na conjuntura mais recente, acabamos de enfrentar uma crise no acordo com a Ucrânia, mas que teve um papel importante. Aquele acordo que lançou o primeiro satélite — que tinha mais de 1 tonelada e trouxe 60 técnicos chineses — deixou uma tecnologia importante para os nossos servidores de alto nível, por exemplo, os do INPE.

Digo isso porque me preocupa muito o acordo com os Estados Unidos em relação à Base de Alcântara, que está quase colada ao Equador. É o mesmo que pensar que a França vai abrir mão da Guiana Francesa. Talvez seja uma das últimas colônias europeias na América e, na minha avaliação, exatamente por ser Kourou uma base geograficamente muito importante. Então, isso me preocupa. Já enfrentamos esse debate, e realmente as condições da proposta anterior ao Governo Lula, a qual foi engavetada pelo Ministro Pires, eram muito agressivas à soberania nacional.

Imaginem o que é chegarem contêineres norte-americanos, eventualmente com ogivas nucleares, e as Forças Armadas Brasileiras não terem o direito de acessá-los. Imaginem o que é deter informações, conhecimento e desenvolver atividades, sem transferência tecnológica. Seria, realmente, de muita subserviência aceitar aquele acordo. Fala-se que o debate foi reiniciado, e eu quero ouvir a opinião de V.Exa., porque é um tema, a meu ver, de fundamental importância.

A outra questão que me chamou muita atenção foi esse convite, dentro do projeto AmazonLog, para as Forças Armadas norte-americanas e canadenses. Aliás, participariam também o Conselho de Defesa Sul-Americano — CDS, ligado à UNASUL — União de Nações Sul-Americanas e à Junta Interamericana de Defesa — JID, que, sabemos, está na órbita do Pentágono. Acho que a possibilidade de trazer o inimigo, para ensiná-lo a como agir dentro do coração da Amazônia, em Tabatinga, na tríplice fronteira, compromete todos os nossos projetos de estratégia relacionados à defesa soberana do nosso território.

A operação visa a controle da imigração ilegal; a assistência humanitária em grandes eventos; a operações de paz em áreas remotas; a ações contra o tráfico de drogas e delitos ambientais. Sinceramente, eu não vejo necessidade disso, com



todo o respeito ao General Guilherme Cals Teophilo, que diz: *“Nós escolhemos Tabatinga porque queremos mostrar ao mundo as dificuldades da nossa Amazônia.”*

Eu acho que ele já tem muita informação, baseada nas técnicas de informação, nas imagens de satélite. Nós sabemos que hoje não é só o domínio do território físico que determina a nossa capacidade de controle soberano. Nós sabemos que o império foi derrotado por um exército de homens baixos, porém aguerridos, exatamente pelo conhecimento das florestas e a vontade de não ser escravo. Falo do povo vietnamita. Eu acho que a Amazônia é um diferencial para além dos recursos do território.

No debate que tivemos, no ano passado, na Comissão da PEC 215, um general do Exército nos trouxe um dado importante, que se refere às minas de nióbio na região mais ocidental da Amazônia. Pelas leituras que eu tenho feito, esse dado tem sido confirmado.

Quando se conheciam apenas os recursos concentrados em Minas Gerais, já se falava que 99% eram patrimônio nacional e que os Estados Unidos ficavam com 1%. Mesmo que haja um exagero nisso, imaginem se nós descobirmos minas na Amazônia. Este general, cujo nome eu esqueci agora, disse que já estava havendo tráfico do nosso nióbio. Muitos que estavam na Comissão lembram-se disso. E eu fico muito preocupado com o nosso País, que tem uma geopolítica e uma história imperialista.

Realmente as guerras mais recentes provam que se trata da luta pelo controle do território e dos recursos energéticos. Isso ocorre no Iraque, no Afeganistão. Todas as experiências mostram isso, assim como a própria guerra na Síria agora. Então, eu me preocupo com a possibilidade de dar aos Estados Unidos a oportunidade de, no coração da Amazônia, treinar o Exército americano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ministro, de todas as perguntas que fiz, a última foi a mais enfática porque discordo daquela ação. Quero dizer do meu



respeito, admiração e gratidão pelo Exército Brasileiro, o que não me impede de ter uma discordância. A minha pergunta é por que um grupo de jovens está sendo processado de maneira irregular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Ou seja, é uma questão de gratidão. Na verdade, não é bem uma questão de ordem. *(Riso.)*

Vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não. Eu queria ressaltar o meu respeito ao Exército, embora queira saber dos encaminhamentos, porque há um grupo de jovens que está sendo processado em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Claro!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu pediria a palavra por 10 segundos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Para uma questão de que natureza?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só para fazer uma ponderação ao nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Para uma ponderação, tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Segundo dados de *O Globo*, os investimentos brasileiros em defesa foram de 10%, enquanto os investimentos americanos foram de 16%. Enquanto nós gastamos 73,7% com pessoal no Ministério da Defesa, os Estados Unidos gastaram 25%. A nossa despesa com custeio foi de 13,6%, enquanto os americanos gastaram 40% das verbas em operações. Por que esse gasto exagerado com pessoal? Há alguma comparação?

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - O Deputado Delegado Waldir teve a palavra para nos conceder uma informação.

Peço ao Ministro que use a palavra por até 30 minutos, se possível, para que nós possamos encerrar no prazo estabelecido. Não estabeleci o limite de 13 minutos, que era o prazo para encerrarmos até 15h30min, porque faz tempo que o Ministro não compõe o Partido dos Trabalhadores. *(Riso.)*



O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Em primeiro lugar, sinceramente, quero dizer da minha gratidão e deixar o meu agradecimento. Com toda a franqueza, com todo o espírito aberto, eu sinto falta disso. Não é que eu não esteja feliz onde estou — estou. Não é que eu não trabalhe com republicanos decentes, honestos, comprometidos, como é a equipe do Ministério da Defesa, que eu considero excepcional. Deputado Patrus, as nossas Forças Armadas, de fato, como dizia ainda há pouco o Deputado Paulo Teixeira, são motivo de orgulho e confiança pelo profissionalismo e competência. Mas, de fato, não posso negar que sinto saudades de tudo o que vivemos aqui.

Vamos às respostas. Mesmo aos que estão ausentes eu vou procurar responder rapidamente.

O Deputado Capitão Augusto fala da Força Nacional de Segurança Pública, de se retirarem policiais e bombeiros. Eu desconheço esse dado. O que eu posso fazer é procurar essa informação e depois respondê-la. O Deputado fez uma observação sobre a qual não tenho conhecimento. Então, não tenho como responder, em nome do Ministério da Justiça, à não participação ou à participação decrescente de policiais e bombeiros. Nesse sentido, eu vou ficar devendo uma resposta para dar-lhe na primeira oportunidade.

O ilustre Deputado João Daniel começa nos perguntando sobre venda de terras a estrangeiros, assunto que o Deputado Patrus e vários outros colocaram. O Ministério da Defesa é contra o texto do jeito que está. Não se trata de fechar totalmente a porta e ter uma posição xenófoba — não é isso. Mas nós sabemos que de fato ali existem interesses estratégicos para o País. Então, nós nos reservamos o direito de sugerir modificações e vetos ao texto. Isso está sendo analisado.

Mais ainda: nós pedimos, juntamente ao Gabinete de Segurança Institucional — GSI, a convocação do Conselho de Defesa Nacional, para que ele possa optar efetivamente por esse tema. Volto a dizer, não se trata, Deputada Erika, de ter uma postura de “*Não, não e não*”. Mas, do jeito que está, isso não atende, em alguns aspectos, evidentemente, o interesse nacional. Essa é a nossa posição.

A questão das tropas americanas é também um assunto muito recorrente. Eu acho que todos nós, Deputado Edmilson, fomos vítimas de *fake news*. Não existe isso, honestamente. Aliás, eu convido os senhores para verem tudo. Não há tropa



americana nesse negócio; não há. O que há de fato é uma ação voltada à logística humanitária e a alguns outros aspectos. Não é ação militar. Virão quatro, talvez cinco americanos, como vêm peruanos, como vêm colombianos e como vêm chilenos.

Não há nada de instalação em relação à Amazônia. Eu aproveito para agradecer a oportunidade de esclarecimento e digo mais, Deputado Zarattini: se há algo que faz parte da doutrina da defesa do Brasil é o fato de que a presença de tropas de países fora do subcontinente não é diplomaticamente aceitável para o Brasil. Quem está dizendo isso não é o Ministro da Defesa, que é temporário como tantos outros. Eu estou dizendo, Deputado Patrus, que isso é doutrina das Forças Armadas.

Então, eu acho que todos nós fomos vítimas de *fake news*. Que se reitere isso, mas também que se tenha noção de que, por exemplo, nós temos adidos militares no U.S. Southern Command — SOUTHCOM dos Estados Unidos. Nós participamos do Comando Sul dos Estados Unidos com adidos militares, no caso da grande base da Marinha norte-americana, em Norfolk. Isso é costume entre militares observadores, isso é muito comum.

Deputado Subtenente Gonzaga, Deputado Patrus, para os senhores terem uma ideia, nós temos a segunda maior rede de representação do Brasil no exterior. Temos representação em aproximadamente 60 países. Só ficamos abaixo especificamente do Ministério das Relações Exteriores.

Então, que fique bem claro que nós fomos vítimas de algo que não é verdade. E eu me coloco à disposição, de portas abertas, de documentos abertos, para quem quiser acompanhar a situação. Não há tropa nem instalação, tampouco está se passando qualquer tipo de dado ou informação sobre soberania nacional.

Estimado Deputado Patrus Ananias, meu sempre Ministro, tenho o prazer de revê-lo mais uma vez e quero primeiramente parabenizá-lo pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, que é muito bem-vinda. Se me permitem o ilustre Deputado e os outros que se encontram presentes: vejam se não estão se esquecendo do cachimbo e começando a se meter em assuntos de outro Poder.

Sabem o que faz muita falta? Uma Frente Parlamentar de defesa da fronteira brasileira. Essa é uma sugestão que eu dou, porque, na verdade, hoje convergem



tantos interesses e tantas dificuldades para a nossa fronteira, que seria muito bacana, Deputado Abel, contarmos com uma Frente Parlamentar de defesa ou de promoção da fronteira, reunindo exatamente quem lá está, porque os interesses e as necessidades são imensos. Deixo aqui essa sugestão.

Quanto à questão dos Estados Unidos, penso tê-la esclarecido, mas me coloco à disposição do Deputado Patrus para respondê-la.

Em relação a instalações de pesquisa e desenvolvimento, na verdade, o acordo que se fez está muito mais voltado para a área comercial. Eu posso lhe mandar isso, Deputado Patrus. Peço, inclusive, ao General Marcos que lhe envie, para que possa examinar e computar se é exatamente isso. Então, é muito mais voltado para que possamos ter acesso ao mercado deles, que é enorme. Evidentemente eles terão reciprocidade nesse sentido.

O Centro de Lançamento de Alcântara é outro ótimo tema para conversarmos. Em 2001, nós tivemos o projeto de Alcântara bloqueado. Havia uma série de reclamações e de restrições a respeito do acordo de salvaguardas feito com os Estados Unidos. Posteriormente houve um acordo com a Ucrânia, que terminou paralisado, gerando um contencioso, uma dívida. Enfim, essa é uma questão para ser resolvida, mas não está aqui posta.

Só que eu fui a Alcântara e tive duas sensações que quero compartilhar com os senhores: de alegria e de tristeza. Tive uma grande alegria ao ver como um país consegue montar uma estrutura daquelas, que talvez seja o melhor centro de lançamento do hemisfério sul, mas tristeza ao ver, ao mesmo tempo, que estava tudo paralisado.

Deputados Erika e Paulo, como justificar que em um país com as necessidades do Brasil nós não nos entendamos? Há bilhões de dólares colocados ali, com o melhor centro geográfico do mundo para se lançar. Há um mercado hoje de nanosatélite, de microssatélite e de satélite, que é simplesmente gigantesco. Sabe quanto custou aquele nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas — SGDC, que nós lançamos em Kourou? Cento e vinte milhões de dólares. E havia outro, que era coreano.

Nós poderíamos ter ali um ingresso de divisa da ordem de aproximadamente 1 bilhão e 500 mil dólares. Será que não conseguimos nos entender sobre isso? Eu



lanço um desafio com toda a franqueza. Não estou interessado em promover os Estados Unidos, ou A, ou B, ou seja quem for. Mas será que não conseguimos nos entender sobre isso? E vamos deixar um ativo daqueles paralisado, o que é uma questão de Estado? Conversem com o Governador Flávio Dino e vejam a ansiedade dele para que isso tudo vá adiante.

O que nós estamos fazendo nesse sentido? Nós retiramos o texto de salvaguardas e o estamos discutindo no interior do Governo. E qual é a nossa estratégia? Que eu abra espaço para que os senhores possam contribuir. Há interesse em trabalhar com a Rússia? Que ela venha. Há interesse nos chineses com os israelenses? Que eles venham. Os franceses querem vir? Que eles venham. Os Estados Unidos querem vir? Que eles venham, mas em pé de igualdade com todos os outros. O Brasil, através da EMBRAER e da Visiona, por exemplo, quer vir? Que ele venha. Se formos garantir a nossa soberania, em termos comerciais, nós não podemos continuar com aquilo.

Com toda a franqueza, com toda a sinceridade, acho que, em certos aspectos, Governo e Oposição têm que procurar um senso comum. Faço esse convite aos senhores. Eu não gostaria de travar outra batalha em torno disso ou daquilo, sabendo que temos algo que é tão importante para o nosso desenvolvimento.

Então, eu faço aqui um apelo e me coloco à disposição, sem restrição, para que se possa efetivamente conversar, a fim de se encontrar uma saída sobre isso. É um convite que eu faço. Desde já, eu esclareço que nós não vamos trabalhar com um só país. Nós vamos trabalhar com os países que queiram trabalhar conosco e que queiram observar a nossa soberania. Esse é o esclarecimento que eu faço a todos os senhores.

Também há a questão que o Deputado Patrus colocou em relação ao serviço de satélites. Confesso que eu sou um neófito no assunto, mas acho que, até a existência do SGDC, nós não tínhamos controle sobre os satélites. Nós não tínhamos. E isso não é uma questão do Governo daqui ou do Governo de lá. Nós não tínhamos controle.

Para os senhores terem uma ideia, por exemplo, os dois satélites principalmente operacionais com os quais nós estávamos trabalhando são



mexicanos — ao que dizem, pertenciam ao Slim. E olhem que, às vezes, eles mudavam de posição, e nós tínhamos que mudar todas essas antenas aqui embaixo.

O projeto do satélite que nós desenvolvemos, em grande parte construído pela Thales, foi iniciado no Governo anterior, tendo iniciativa ainda do Ministro Jobim, quando viu que grande parte das nossas comunicações — aliás, todas — ficavam na mão de terceiros. Então, o início foi concluído por este Governo, mas esse é um projeto de Estado.

Deputado Edmilson, diante disso, esse satélite é o primeiro totalmente controlado pelo Brasil. Ao mesmo tempo, vai eliminar o nosso *apartheid* digital. De novo: se não me engano, isso começou no Governo Dilma — talvez até antes, no Governo Lula —, e foi concluído agora. Então, esse é um assunto de Estado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Foi um investimento elevado.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Sabe quanto? Custou 2 bilhões e 700 mil reais. Há uma parte comercial, a chamada banda Ka, que vai ser comercializada através da TELEBRAS e da Visiona; e há uma parte militar, que é a banda X, com criptografia toda verde-amarela, também desenvolvida por técnicos brasileiros.

A nossa posição sobre a venda de terras estratégicas está colocada com toda a clareza e não há mais o que se dizer.

Deputado Paulo Teixeira — é até difícil chamá-lo de Paulo, porque sempre o chamei pelo diminutivo —, com relação ao acordo de controle de armas, o Ministério da Defesa é favorável. Digo isso publicamente. Essa não é uma questão afeta a nós, e sim ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça. Mas estou lhe dizendo de público que nós somos favoráveis.

Nós temos feito um grande trabalho — pelo menos, eu acho que é um grande trabalho — com os outros países fronteiriços, porque não se resolve o problema do crime, da droga e da arma só no Brasil. Não há essa conversa. Se tudo for feito de modo certo do lado de dentro, do lado de fora vai continuar a mesma coisa. E é preciso respeitar a soberania dos outros países. Então, nós temos feito um grande esforço. Eu estive duas vezes com o mais alto nível de pessoas da Colômbia, o que o Serra fez no Cone Sul há tempos e precisa retomar. Nós tivemos que desmarcar com a Bolívia e com o Peru, e estamos chamando a Venezuela.



Todos os canais diplomáticos com a Venezuela estão obstruídos, infelizmente. Mas os canais militares continuam fluidos, e nós acabamos de convidar o Padrino, Ministro da Defesa da Venezuela, para sentar e discutir sobre a fronteira. Embora eu tenha uma posição contrária e faça oposição ao que vive hoje a Venezuela, os senhores sabem disso, a Venezuela é destino. Não temos como pegar um caminhão e tirar a Venezuela daqui — não vamos fazer isso.

O General Padrino respondeu que sim, gostaria de se sentar conosco, mas precisava obviamente da autorização do Presidente da República, e nós estamos esperando isso. Eu estou na expectativa. Então, eu acho que essa é uma boa política para ser feita em relação às fronteiras. E é claro que, sem o acordo, a situação com o Paraguai e com a Bolívia fica difícil. Nós concordamos quanto a isso.

Quero, inclusive, trazer uma notícia, se me permitem mais uma vez. Deputado Zarattini, nós estamos concluindo um brilhante trabalho, reformulando todo o controle de produtos fiscalizados pelo Exército, que é o R-105. Estamos revendo tudo intensamente, sob o trabalho brilhante do General Neiva, que não está aqui. Espero, inclusive, ser chamado para discutir com os senhores o R-105. Mas estamos abertos a quem quiser ir lá antes se sentar para discutir. Inclusive, a discussão está em audiência pública no nosso *site*, porque estamos revendo o tema.

Com relação ao processo de integração entre SIGMA e SINARM, nós estamos atrasados, e é meu propósito que ele venha a ser acelerado.

Já falamos sobre o controle de armas de fronteiras.

Quanto à campanha de desarme, novamente, acho que estamos atrasados. Acho que os senhores devem estar observando as turbulências que têm acontecido. Está dentro do Programa Nacional de Segurança. Eu sou alguém que, historicamente, me coloco nessa posição. Inclusive, recolho a sua observação e vou peticionar junto ao Ministro da Justiça para que consigamos, com a participação da sociedade, levar adiante efetivamente este trabalho.

Com relação à questão de arma em fóruns, eu falo o seguinte aos dois Deputados Delegados que aqui se encontram: armazenar uma arma num fórum é muito diferente de armazená-la num órgão de segurança. Deputado Delegado Éder Mauro, quem é que cuida do armamento que fica lá? Um meirinho, às vezes. O senhor viu a quantidade de armas que foi roubada? (*Pausa.*)



Então, de fato, eu peço o apoio dos senhores. Não faz sentido haver armas dentro de fórum, não faz sentido. E eu me lembro bem de que peticionei, lá trás, ao Conselho Nacional de Justiça, pedindo que fizesse um levantamento de todas as armas que estavam dentro do sistema de justiça. Está lá. Inclusive, deve haver um ofício nosso nesse sentido.

Nós precisamos, de fato, ficar atentos a esses arsenais que, infelizmente, não têm o controle necessário de que precisam e vão parar na mão da bandidagem. Têm toda a razão os senhores. Eu peço a ajuda dos Deputados Delegado Waldir, Delegado Éder Mauro e Paulo no sentido de que encontremos uma solução para isso, porque a questão está muito mal do jeito que se encontra.

Por fim, há a ação do capitão do Exército, levantada pelo Deputado Paulo como mau exemplo.

Primeiro, naquele momento, a ação era absolutamente legal. E esclareço por quê. Era uma GLO feita pela Presidente Dilma. Não estou aqui para dizer que foi Dilma, fulano, beltrano ou sicrano. Digo apenas que as Olimpíadas não paravam pela manhã, pela tarde ou pela noite. Havia uma legalidade nos termos daquela operação.

Em segundo lugar, pelo que eu saiba — pedi informação ao General Marcos — não há nenhuma denúncia nossa ou do capitão contra esse pessoal. Se tiver, traga-me, porque desconheço. Pela informação que pedi, não estamos denunciando ninguém. No que diz respeito ao fato em si, uma sindicância foi feita no Exército, houve um inquérito feito pelo Ministério Público Militar, e ambas foram devidamente arquivadas.

Então, esta é a posição a respeito...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Ministro, V.Exa. só me permita indicar a fonte. Eu tive duas principais fontes: além de matérias jornalísticas, li um artigo de um grande jornalista uruguaio, Raúl Zibechi, em que ele citava outro jornalista, Nelson Düring, que, na minha avaliação, é o maior especialista, mesmo não sendo militar. Ele mantém o *site* Defesanet.

Realmente, ele levanta preocupação em relação a essa aproximação, depois de longo tempo, das duas Forças Armadas e coloca que o Centro faria o combate ao



narcotráfico. Ele se preocupa com a entrega de informações estratégicas aos norte-americanos. Só perguntei isso porque...

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Perfeito. Entendi.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quem perguntou não está sendo leviano. A grande imprensa às vezes manipula e os Faces também têm os seus *fakes*, mas, nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - A tolerância oferecida ao Deputado Edmilson não se repetirá, para que nós possamos concluir o tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Era só para eu citar a fonte. É uma fonte séria.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Não, por favor, eu faço questão. Esta Casa é a Casa da crítica. Não há problema.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Se me permite sugerir uma publicação, a ESG — Escola Superior de Guerra tem uma grande biblioteca, e há um grande estrategista, Mário Travassos, que eu acho que é pouco lido pelos brasileiros. Ele falava da projeção do poder nacional e pensava na América Latina, e havia um contemporâneo seu, um estrategista, o Darc Costa, que até foi Vice-Presidente do BNDES, que eu acho que é outro pensador que nos ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E o Meira Matos, que faleceu há pouco tempo, com quase 100 anos de idade, eu acho que pensou o Brasil e a Amazônia. Para sugerir, conte com o meu apoio, se necessário, para editarmos a obra desses geopolíticos que, a meu ver, nos ajudam a pensar a soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito bem, Deputado Edmilson.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Eu, inclusive, solicitei — permita-me essa digressão — ao atual Diretor da ESG que fizesse uma revisão da geopolítica à luz do presente.

Nós temos toda uma tradição de geopolítica, mas precisamos hoje, em termos de projeto nacional, com componente democrático, etc., fazer uma grande revisão em termos geopolíticos.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ministro Jungmann, quero apenas dizer o seguinte: uma GLO para as Olimpíadas sendo aplicada a uma manifestação contra o *impeachment* é, na minha opinião, um uso abusivo de uma lei.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Respeito a sua posição, mas acho que, muitas vezes, isso tudo se junta, Deputado Paulo, está certo? Isso tudo se junta. Nós vivíamos um ataque especulativo sobre terrorismo e tantas coisas mais. Levando em conta aquele momento, peço, enfim, a sua compreensão.

O Deputado Jean Wyllys coloca que, para as Forças Armadas, é crime — viu Deputado Paulo? — a questão LGBT.

Quero dizer que na nossa gestão nós retiramos isso. Não existe mais isso. Inclusive a palavra pederastia, que existia lá, foi retirada de dentro do próprio Código de Processo Penal Militar. Isso já não existe mais.

Uma questão que ele coloca a respeito do assunto é a mesma que a do Deputado Paulo e eu já a respondi.

Sobre a Condor, ela é uma decisão política que o Governo tomou. Nós estamos vivendo hoje uma situação, em termos de direitos humanos, na Venezuela, que nos preocupa muito. Então, ocorreu uma série de solicitações que foram dirigidas ao Ministério das Relações Exteriores, que, em conjunto com o Ministério da Defesa, entendeu que não seria oportuno, não seria conveniente que, neste momento, nós tivéssemos essa exportação. Esta que é a realidade a respeito dessa situação.

Quero só agradecer à Deputada Bruna Furlan a referência a mim feita.

Agradeço ao Deputado Subtenente Gonzaga as palavras a respeito da Previdência.

Manifesto a mesma preocupação com relação à composição da Força Nacional de Segurança Pública. Nós temos que esclarecer isso, para trazer uma informação, general.

A questão sobre as terras é a mesma da que nós já falamos aqui anteriormente.

O Deputado Delegado Éder Mauro fala sobre a questão do crime organizado.

Delegado, essa é uma preocupação e tanta, porque hoje, infelizmente, os grandes líderes das grandes facções criminosas têm o seu *home office* dentro dos



presídios e penitenciárias. O senhor sabe que o comando do PCC encontra-se em Presidente Prudente. O senhor sabe que o Comando Vermelho tem o seu comando em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O problema que nós temos dificuldade de enfrentar é saber como cortar essa comunicação. É algo muito mais amplo, Deputado Éder Mauro. Vou apenas citar uma preocupação que tenho: não é possível que o comando do crime continue dando ordem, os seus “salves”, para fora. E isso vem, basicamente, através de dois canais: familiares e advogados dos presos.

Nós temos que encarar, Deputado Patrus, essa situação. Nós temos que encará-la, senão o crime organizado vai continuar dando as ordens dentro do território nacional. E hoje eles estão, em grande parte, com o controle da distribuição do consumo e estão partindo para o controle, exatamente, da produção. Ao fazer essa ponte, eles se cartelizarão e ficarão muito mais fortes. Como eu já disse, eles desafiarão ainda mais o Estado.

Eu queria falar muito mais, mas o nosso Presidente, o Deputado Orlando Silva, já me avisou do tempo. Estou à disposição. Quero convidá-lo — o Deputado Delegado Waldir, também — para conversar sobre esse assunto. Mas isso aqui me parece central.

Delegado Waldir, sabe de uma coisa? As Forças Armadas não gostam — não por uma questão de se sentirem diminuídas, desprezadas, seja o que for — de tomar o lugar das forças policiais. Os militares estão aqui, eles sabem disso, é uma verdade. E digo mais — perdão: nós estamos sendo excessivamente solicitados, o que é um sintoma da crise da segurança pública. Falando aqui para dois delegados, acredito que a crise da segurança não se resolve na área de defesa. A crise da segurança se resolve na segurança. Muitas vezes, as populações vulneráveis, Deputado Orlando e Deputado Pastor Eurico, dizem o seguinte: *“Bote tropa aqui! me dê tropa! traga a tropa pra cá!”* Mas a tropa entra, o crime se retrai e, quando nós saímos — porque não podemos ficar —, o crime volta.

Então, há necessidade, sim, em alguns momentos, de atividade complementar voltada, sobretudo, para a inteligência policial, para identificar onde é que está, na cadeia, o comando em termo de crime. Mas volto a repetir: não é papel



das Forças Armadas cumprir papéis como esses, a não ser numa situação limite, porque aí também não há jeito, e temos que entrar com essa medida.

A questão da Bolívia eu já abordei aqui. Também temos que ampliar a cooperação e, sobretudo, a inteligência com outros países, e é o que nós estamos procurando fazer.

É verdade, o SISFRON tem 600 quilômetros, mas isso é muito mais um problema voltado para o orçamento. E penso o seguinte: o SISFRON, neste momento, está sofrendo uma revisão pelo Exército, uma revisão no sentido de baratear os seus custos, de reduzir bastante os seus custos, para poder expandi-lo. Em breve, nós vamos ter notícia a esse respeito, e não só do SISFRON, mas também de outros projetos estratégicos, diante da nova realidade fiscal.

O Deputado Eduardo Bolsonaro me pergunta sobre a questão da Venezuela. A nossa resposta é uma só: os venezuelanos devem resolver os seus problemas democraticamente. Esta é a contribuição que nós temos que fazer, é o que nós temos que propor.

Evidentemente, se eu fosse falar como Parlamentar, teria uma posição muito mais individual. Mas, como Ministro de Estado, ainda mais das Forças Armadas, na verdade, a nossa posição é esta, inclusive porque está na nossa Carta, na nossa Constituição, o respeito à soberania, à independência, à autodeterminação de cada um. A esse respeito, não pode ser diferente. Evidentemente há reflexos e há problemas.

Deputado Paulo, V.Exa. quer falar agora? Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Quero dizer a V.Exa. o seguinte: em relação ao que aconteceu em São Paulo, como não houve nenhum ataque a patrimônio público e privado, não houve nenhuma ação, e eles estavam reunidos numa biblioteca, a minha sugestão seria no sentido de o Exército Brasileiro comunicar ao Juiz que acompanha aquela ação que se tratava de uma ação de inteligência, tendo em vista que as pessoas estão respondendo ao processo.

Pergunto se o jurídico do Ministério pode analisar a possibilidade de, já que ele fará parte da ação e o capitão estava infiltrado, dizer que se tratava de uma ação de inteligência. Como não houve nenhum ato, não aconteceu nada e não havia nada



ali comprometedor, na sua avaliação, pediria que se suspendesse essa ação, visto que, na minha opinião, esses meninos estão respondendo por ela injustamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Eu queria fazer uma sugestão. O Deputado Paulo Teixeira poderia peticionar, na falta de uma palavra mais adequada, e circunstanciar esse fato; e, a partir daí, o Ministro examinaria que procedimento adotar, para nós nos circunscrevermos ao encaminhamento final que o Ministro está fazendo.

Vi que o Deputado Delegado Éder Mauro está há alguns minutos com o microfone aceso, eu o mantive aceso. Vou permitir que S.Exa. faça o uso da palavra por 1 minuto, e vai ser a última vez antes de o Ministro concluir a sua palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, vou falar por 1 minuto e vou me retirar inclusive.

Ministro, obrigado pelo convite para ir até o seu gabinete.

Quero lhe dizer o seguinte: primeiro, parece-me que agora o Exército pode estar na rua para poder dar informação ao Judiciário. Isso não cabe ao Exército. O problema é do Estado. Quem o autuou foi o Estado. Não cabe ao Exército prestar informação nenhuma. O trabalho do Exército é outro.

E, segundo, não há nenhum problema em colocar as Forças Armadas na rua. O povo de bem deste País vai agradecer não só pela segurança que elas transmitem, mas pelos valores bons de vida que elas também transmitem.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Os Delegados vão se entender. O Delegado Waldir defende uma tese, e o Delegado Éder Mauro defende outra tese. Os dois vão se retirar para se entender e, na volta, eles explicam a posição final.

Tem a palavra o Ministro Raul Jungmann.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Pessoal, vamos respeitar aqui o nosso Ministro. Vamos respeitá-lo, Deputados. Combinem para resolver esse assunto lá em Belém.

Tem a palavra o Ministro Raul Jungmann.



O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Eu acho até que a população que se sente vulnerável tem essa posição de aplauso, mas não é bom para as Forças Armadas; e, se não é bom para as Forças Armadas, também não é muito bom para o País.

Vamos colocar as coisas com muita clareza. Não é que não o façam. Elas fazem porque são disciplinadas e não vão deixar acontecer algo como aquela situação que foi vivida, e em nenhum lugar. Vão cumprir, são disciplinadas, são compromissadas, evidentemente, obedecem à orientação e à decisão do Presidente da República. Mas não é o caso. Nós temos que encontrar alguma alternativa para isso. É o meu ponto de vista.

O Deputado Zarattini coloca a questão do Capitão. Já procurei aqui responder.

Com relação à questão de que a situação aqui estava sob controle, não concordo. Essas situações fogem ao controle quando há quebra-quebra, quando há incêndio, quando ameaçam as pessoas, etc. Elas fogem ao controle.

Concordo com essa questão de os *black blocs* não serem contidos e averiguados, mas acho que essa é uma questão endereçada ao aparato policial, à polícia. Está certo? É endereçada ao Estado. Mas concordo. S.Exa. está correto. Não é possível que toda a hora surja algo em uma manifestação que fuja ao controle. Acho que ela caminhava tranquilamente antes de tudo aquilo acontecer. Com relação a isso, eu concordo em gênero e número.

Não vejo, honestamente, com franqueza, o uso político das Forças Armadas. As Forças Armadas são organismos permanentes, regulares e de Estado.

Vou dizer uma coisa a vocês aqui. Alguns me perguntam: *“E aí, como é que estão as Forças Armadas?”* Eu digo: *“Olha, a mensagem das Forças Armadas, anotem, é a seguinte: ‘dentro da Constituição, tudo; fora da Constituição, nada! absolutamente nada!’”* As Forças Armadas, hoje, são um ativo democrático deste País. São um ativo democrático deste País, repito.

A questão que o Deputado Abel nos coloca é a questão de Tabatinga. Eu desconheço. Nós não estamos levando alguns centros de comando de controle para Tabatinga. Não é isso.

Quanto à questão da energia elétrica, levarei, evidentemente, o seu pleito.



O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - E a corrente?

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Corrente?

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Exato. Como eu disse a V.Exa., o Estado fica por 12 horas isolado. Inclusive, citei que, caso V.Exa. adoeça lá na capital, não pode chegar até a capital do Amazonas.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Certo.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Eu gostaria de só 1 minutinho para explicar, porque talvez não seja do seu conhecimento. A corrente foi colocada há 30 anos, 40 anos. Quando o Exército estava concluindo a estrada, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção estava fazendo a estrada de Manaus a Boa Vista, e colocaram essa corrente na área indígena, para que os soldados que estavam ali construindo tivessem sossego durante o período das 18 horas às 6 horas da manhã, porque os caminhoneiros passavam naquele horário e ficavam atolados. Então, esse foi o propósito dessa corrente.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Entendi.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - E até hoje nunca se retirou essa corrente.

Então, o que o povo de Roraima vem exaustivamente pedindo — e aqui não poderia, de forma alguma, perder esta oportunidade, Ministro — é que o Exército vá lá e retire essa corrente, porque não há legislação nenhuma a respeito disso.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Está bem. Veja só, levarei esse pleito. Evidentemente, desconheço isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - O Deputado Abel Mesquita vai fazer uma visita ao Ministro Jungsmann para detalhar essa problemática.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Será muito bem recebido. Pode ir ao Ministério. Ficamos inteiramente ao seu dispor.

O Deputado Sóstenes nos fala sobre o Rio de Janeiro. Nós estamos trabalhando num processo gradativo, que integra todas as Forças, a inteligência, o Estado, o Município, o Governo Federal numa perspectiva de 1 ano e meio voltado para a segurança do Rio de Janeiro. Espero que brevemente possamos torná-lo público.



A Deputada Erika Kokay, primeiro, coloca a questão das vítimas do protesto. Se vítimas houve, não há nenhuma relação com as Forças Armadas. As Forças Armadas, volto a dizer, dentro de sua diretriz operacional, não poderiam sequer passar do meio-fio. E não entraram em conflito com absolutamente ninguém. A sua atuação foi inteiramente defensiva, não existindo qualquer tipo de conflito.

A questão da terras eu já comentei.

A questão de que não caberia, com a minha história, eu estar dentro deste Governo. Sou Ministro de Estado, Ministro da Defesa, que são instituições absolutamente regulares e democráticas. E acho que, sim, a minha biografia, inclusive, é menor do que o cargo que hoje eu exerço, e o exerço com muita satisfação, com muita responsabilidade. Volto a dizer: conto com uma equipe extraordinária de brasileiros honestos, decentes, republicanos, capazes e extremamente comprometidos com tudo aquilo que o Brasil deseja.

S.Exa. faz uma citação de que não se poderia utilizar GLO em manifestação popular. Entre os dias 20 e 21 de outubro de 2013, a Presidente Dilma, no caso do leilão do Campo de Libra, teve que fazer uma GLO, exatamente em função de manifestações populares que tendiam a fugir do controle. Se os senhores olharem, são 115 anos em 30 anos. São 29 nos últimos praticamente 7 anos. E eu não estou aqui para jogar pedra no passado. Acho que, se a Presidente precisou utilizar, é porque ela analisou a situação, recebeu informações, e ela tinha que cuidar daquilo.

Os prédios dos Ministérios são imóveis da União de uso especial. E cabe ao Governo Federal exatamente a sua proteção e defesa. E assim foi feito, diante de uma situação que tendia a fugir ao controle, repetindo sempre, Deputado Pastor Eurico, que não é o nosso propósito — o Comandante do Exército e os demais diriam a mesma coisa — exercer papéis que não são atribuições nossas. Fazemo-lo em nome da Constituição. Mas, de fato, é preciso que a questão da segurança pública no Brasil seja resolvida no âmbito da segurança, e não no âmbito das Forças Armadas.

Por fim, o Deputado Edmilson coloca a questão do satélite chinês e do seu aproveitamento. Sou inteiramente favorável a que isso seja feito, não tenho nenhum *parti pris*. Vou procurar me informar. Permita-me, Deputado Edmilson...



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - *(Ininteligível)* cooperação que trouxe...

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Benefícios.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - *(Ininteligível.)*

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Ah, sim. Ótimo!

O caso do Centro de Lançamento de Alcântara espero ter esclarecido. Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eles permitiram no acordo que os nossos técnicos *(ininteligível)*.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Ótimo!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - *(Ininteligível)* norte-americana, transferência de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Outra audiência que o Ministro vai ter que realizar é receber o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Permita-me, Presidente, apenas encerrar.

Agradeço esta oportunidade. Esta é a minha Casa. Faço, ao final, uma vez mais, um testemunho, em termos da política, de defesa da política, de que esta Casa é um local de saídas virtuosas das crises e dos impasses brasileiros. Esta Casa tem dado uma grande contribuição, a começar pela Constituição de 1988, que nós temos aí, mas também, historicamente, sempre deu a sua contribuição para que nós os superássemos. Acredito na política, que é instituinte de princípio, de valores e de compromisso com o Brasil. Pois não, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Ministro, por favor. Eu não falei antes, estava em outra Comissão, mas, sem polemizar, quero apenas registrar aqui as minhas felicitações pela maneira como está conduzindo o Ministério da Defesa.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não é por V.Exa. ser do meu Estado. *(Risos.)* V.Exa. sabe que nós, quando temos que discutir, discutimos.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Claro.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Porém, parabênz V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito bem, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - E parabenizo as Forças Armadas pela maneira como se têm comportado.

Elas, em nenhum momento, saíram da sua responsabilidade. E, quando são convocadas, são convocadas com seriedade e prestam relevantes serviços à sociedade. Não sei por que houve aqueles que foram contra. As Forças Armadas não fizeram nada de mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito bem, Deputado Pastor Eurico. Parabéns! Parabéns!

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Apenas protegeram o que é nosso.

O SR. MINISTRO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao Ministro Raul Jungsmann. E agradeço também aos Deputados e às Deputadas que participaram da reunião da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Agradeço a presença do *staff* do Ministério da Defesa, que participou desta reunião.

Está encerrada esta audiência pública.